TRE/RR

RELATÓRIO DE GESTÃO
EXERCÍCIO 2023

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA



RORAIMA, 2024

SUMÁRIO

Mensagem da Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima 3-13
1. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo 14-25
1.1. Principais Normas Direcionadoras da Atuação do Tribunal.....26
1.2. Cadeia de Valor, Macroprocessos, Valor Público e Modelo de Negócio.....27
1.2.1. Cadeia de Valor 27-28
1.2.2. Modelo de Negócios.....29-31
1.2.3. Relação com o Ambiente Externo.....32-35
2. Riscos e Oportunidades
2.1 Oportunidades, Ameaças, Forças e Fraquezas.....37-38
2.2 Gestão de Riscos e Controles Internos.....39-40
3. Governança, Estratégia, Desempenho e Perspectiva
3.1 Governança, Estratégia e Desempenho.....42-43
3.2 Objetivos Estratégicos, Responsáveis, Indicadores de Desempenho.....44-49
3.3 Resultados da Gestão.....50
3.4 Programas, Projetos e Ações.....51-56
3.5 Demonstração de Resultados à Sociedade.....57
3.6 Resultados Institucionais.....58-59
3.7 Sustentabilidade Ambiental.....60
3.8 Laboratório de Inovações.....61
3.9 Ações na Área de Gestão de Pessoas
3.9.1 Recrutamento e Seleção.....62-63
3.9.2 Ambientação de Novos Servidores.....63-64
3.9.3 Saúde e Qualidade de Vida.....64-65
3.9.4 Ações de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho.....65-70
3.9.5 Formação da Equipe de Saúde.....70
3.9.6 Melhoria no Sistema de Diárias e Passagens.....71

3.10 Gestão de Licitações e Contratos.....71-72
3.10.1 Contratações Diretas (Dispensas/Inexigibilidades).....73-78
3.10.2 Principais Desafios Enfrentados, Ações e Perspectivas Futuras.....79
3.11 Gestão de Tecnologia da Informação..... 80-83
3.11.1 Modelo de Governança de TI.....84
3.11.2 Plano Diretor de Tecnologia da Informação – Indicadores Estratégicos.....84-92
3.11.3 Montante de Recursos Aplicados em TI.....93-95
3.11.4 Segurança da Informação.....96-99
3.11.5 Principais Metas não Alcançadas, Desafios e Perspectivas Futuras.....99-103
4. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
4.1 Resultados e Desempenho da Gestão – Gestão Orçamentária e Financeira.....107-109
4.2 Resultados e Desempenho da Gestão – Gestão de Custos.....110-116
4.3 Informações Orçamentárias e Financeiras.....118-120
4.4 Principais Fatos Contábeis e Orçamentários
4.4.1 Caixa e Equivalentes de Caixa – Variação na conta 1.1.1.1.2.20.01.....120
4.4.2 Ativo Intangível – Variação na Conta 1.2.4.1.1.02.01 – Softwares.....121
4.4.3 Bem Móveis – Variação na Conta 1.2.3.1.1.02.01 – Equipamentos de TIC 121
4.4.4 Receitas Orçamentárias.....121
4.4.5 Despesas Orçamentárias.....122
4.5 Contas Relativas a Fundos de Financiamentos.....122
4.6 Conclusões de Auditorias Independentes e/ou dos órgãos de Controle Público e Medidas Adotadas em Relação a Conclusões ou Eventuais Apontamentos...122
4.7 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.....123
4.8 Normas Legais e Técnicas Aplicadas no Tratamento das Demonstrações Contábeis.....123-124
4.9 Informações Sobre o Setor de Contabilidade.....124

Mensagem da Presidência

A Justiça Eleitoral tem por finalidade a prestação de serviços que assegurem aos cidadãos o pleno exercício de direitos políticos, como o direito ao voto. Logo, além de fornecer atendimentos diversos ao eleitor, para assegurar-lhe esses direitos, esta Justiça Especializada é responsável pelo planejamento, acompanhamento e execução de todas as etapas do processo eleitoral, zelando para que este seja seguro, rápido e transparente.

Nesse sentido, a partir da Resolução n. 325/2020 (de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça), a qual institui a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026, esta UPC - Unidade Prestadora de Contas - elaborou seu Planejamento Estratégico para o mesmo período, estabelecendo nele, além de sua missão e visão institucionais, os macrodesafios a que se propõe perseguir, quais sejam: a Garantia dos Direitos Fundamentais; o Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade; a Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional; o Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais; a Promoção da Sustentabilidade; o Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária, bem como da Gestão de Pessoas e Gestão Orçamentária e Financeira; e por fim, o Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

De forma a demonstrar o grau de consecução dessas diretrizes, considerando a prestação de contas inerente a todo o funcionalismo público, o presente Relatório de Gestão oferece ao leitor uma apresentação concisa dos principais resultados conquistados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, em 2023.

No ano que passou, no qual não foram realizadas eleições para a escolha de representantes do povo, a Justiça Eleitoral Roraimense trabalhou arduamente para finalizar os procedimentos relacionados à eleição geral de 2022 e, desde então, iniciar os preparativos para as eleições subsequentes. Nesse aspecto, torna-se de vital importância ressaltar a dedicação e o empenho de toda a equipe deste Tribunal Eleitoral. Nossos servidores e colaboradores se mostraram incansáveis na batalha de possibilitar o exercício da cidadania nos mais longínquos recantos do nosso Estado.

Com o intuito de promover a desburocratização e a eficiência na prestação de serviços, novos programas foram desenvolvidos, como a Rede de Atendimento Integrado entre as 1ª e 5ª Zonas Eleitorais, abrangendo os municípios de Boa Vista de ambas as zonas e Bonfim, Cantá e Normandia da 5ª Zona Eleitoral, o que permite ao eleitorado ser atendido mesmo estando fora de seu domicilio. Além disso, em complemento ao Projeto Justiça Eleitoral Itinerante, instituído em 2003, o Programa PAJE (Posto de Atendimento da Justiça Eleitoral) foi implementado, fornecendo uma ampliação do suporte eleitoral concedido no interior do Estado.

Programa Justiça Eleitoral Itinerante em Áreas Remotas			
LOCALIDADE	**ATENDIMENTOS**	**LOCALIDADE**	**ATENDIMENTOS**
NORMANDIA	222	PACARAIMA	383
UIRAMUTÃ	1247	CAROEBE	500
BOA VISTA RURAL	260	BAIXO RIO BRANCO	227
RORAINÓPOLIS	165	CANTÁ	447
ALTO ALEGRE	240	AMAJARI	494
CARACARAÍ	202	BONFIM	744
BOA VISTA	180		
TOTAL		5.311	

Também foram elaboradas ações com o intuito de promover o aperfeiçoamento da gestão de pessoas no âmbito deste Tribunal. Assim, surgiram iniciativas como o programa Cuidando do Servidor, o projeto Bem-Estar TRE-RR e o evento que acompanhou a Campanha Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial Sistêmica, ocorrido na sede desta Corte Eleitoral, dentre outros.



Também tivemos a adesão de 48 servidores do ex-território, aproveitados como força de trabalho em diversos setores do TRE-RR e zonas eleitorais.

Destaca-se, ainda, que, endossando o valor dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, esta UPC colaborou com a organização da eleição para escolha dos membros dos Conselhos Tutelares no município de Boa Vista. Nossos servidores atuaram principalmente no monitoramento das atividades e logística necessárias à cessão de urnas, parametrização da eleição comunitária e suporte operacional no dia do pleito. Ademais tivemos ainda importante projeção na juventude local, em parceria com outros órgãos públicos, por meio dos projetos "Meu Primeiro Voto" e "Eleitor do Futuro".

Participações no Projeto Meu Primeiro Voto

Escola	Total de alunos participantes
ESCOLA ESTADUAL ANA LIBÓRIA	453
COLÉGIO EST. MILITARIZADO DR. LUIZ RITTLER BRITO DE LUCENA	449
ESCOLA ESTADUAL HIDELBRANDO FERRO BITENCOURT	57
ESCOLA ESTADUAL MAJOR ALCIDES	225
COLÉGIO ESTADUAL MILITARIZADO PROFESSOR CAMILO DIAS	173
COLÉGIO ESTADUAL MILITARIZADO WANDA DAVID AGUIAR	215
TOTAL NAS 6 ESCOLAS PARTICIPANTES	**1.572**



Sem descuidar da sustentabilidade, o Tribunal finalizou as obras relativas à usina fotovoltaica, além de ter adotado de forma oficial o guia de contratações sustentáveis da CGU.

Ressalte-se ainda importantes projetos da Escola Judiciária eleitoral, que trouxe para os servidores do TRE/RR a possibilidade de realização de um mestrado, inédito no TRE-RR, e a primeira pós graduação, no Brasil, em Financiamento e Prestação de contas de campanha eleitorais, além de diversas capacitações.

O fortalecimento da Governança e integração administrativa também foi perseguido no período, mediante ações como visitas de inspeção da Presidência aos cartórios eleitorais e apoio às correições da Corregedoria, mapeamento de processos da área de contratações, regularização de imóveis, criação de Unidades Gestoras de Recursos, com objetivo de identificar setores que demandaram recursos orçamentários e a sua execução, mapeamento do processo da folha de pagamento. Ressalte-se, que buscando aprimorar o controle e a disponibilização de diárias e passagens do TRE-RR, este Regional aderiu ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP do Governo Federal. O novo sistema trouxe maior agilidade à realização das atividades relacionadas, possibilitando ainda maior controle e transparência.

A preocupação com o fortalecimento da segurança do processo eleitoral foi contemplada em diversas medidas, dentre as quais se destacam a aquisição de diversas licenças de software de segurança da informação, contratação de empresa especializada em fornecimento de Segurança Cibernética, atualização de máquinas e sistemas já em uso. O alto investimento de recursos orçamentários se justifica, pois não há preço alto demais para a democracia.

Como corolário de todo esse comprometimento, atingimos a expressiva pontuação de 96,4% no Prêmio CNJ de Qualidade, alcançando, como no ano anterior (2022), o Selo Diamante, premiação anual conferida aos tribunais que atingem as melhores posições no resultado de metas e desígnios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Comparativo dos prêmios de 2022 e 2023:

Prêmio CNJ 2022	**Prêmio CNJ 2023**
Pontuação 1061,43/1235 (85,95%)	Pontuação 998/1035 (96,43%)



Por fim, esta Presidência assegura a fidedignidade, precisão e completude das informações prestadas neste Relatório, ciente de sua responsabilidade perante os órgãos de controle externo e a sociedade em geral. A seguir, serão mais bem enunciados os objetivos atingidos e os desafios encontrados por este Tribunal Eleitoral, no ano de 2023.

Elaine Bianchi

TRE/RR

01 VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO





O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima é o órgão da Justiça Eleitoral que tem por finalidade a prestação jurisdicional eleitoral, consistente na administração de todo o processo eleitoral no Estado de Roraima, exercendo papel fundamental na construção e no exercício da democracia brasileira, em ação conjunta com o TSE e demais Tribunais Regionais Eleitorais.

O TRE-RR tem por finalidade essencial a condução do pleito para os cargos eletivos de sua circunscrição, coordenando as atividades eleitorais no Estado de Roraima.

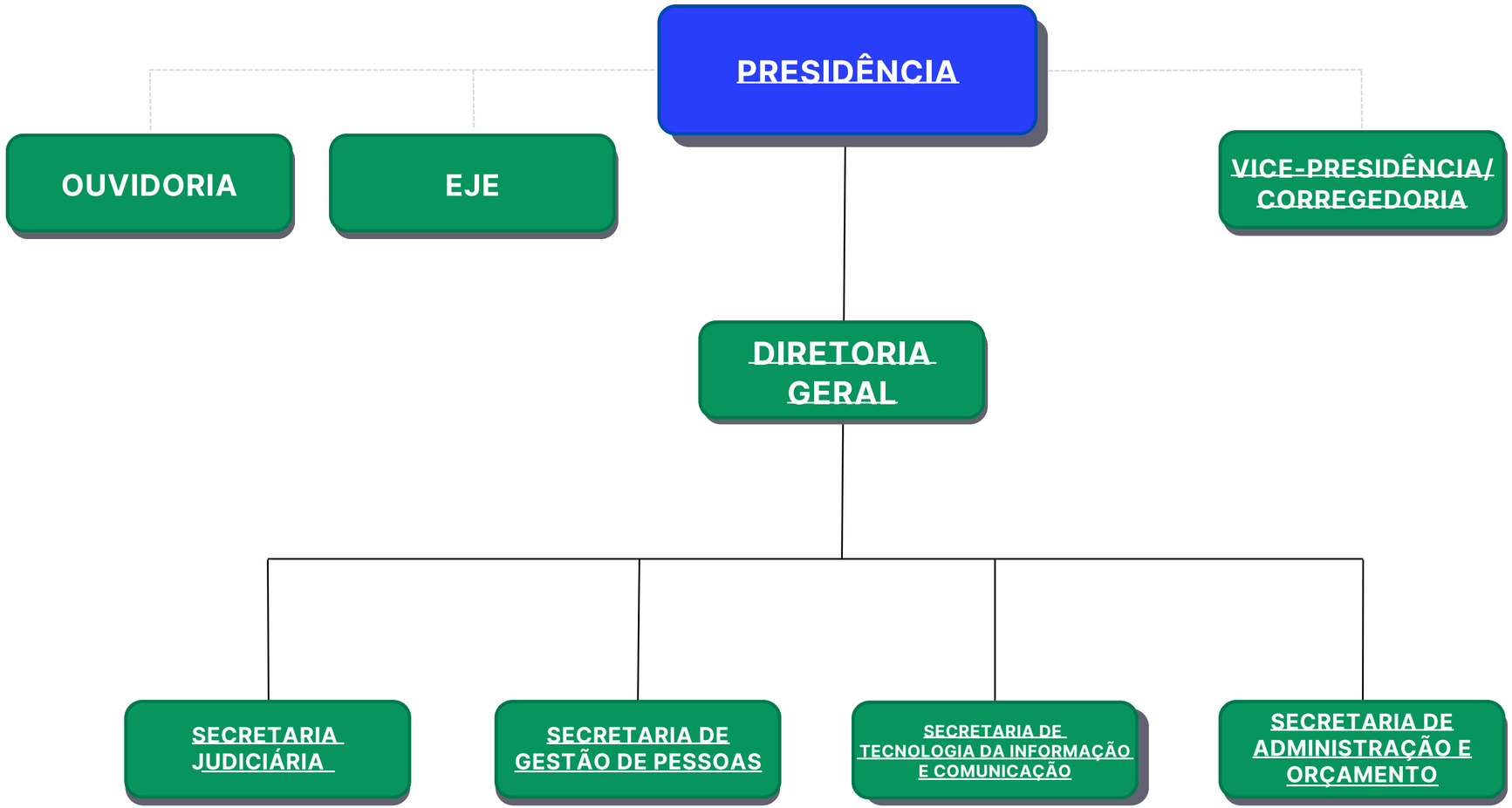
Dentre suas principais competências estão o planejamento, a organização, o controle e a fiscalização das eleições, a diplomação dos eleitos, o gerenciamento do cadastro de eleitores e a prestação da atividade jurisdicional de sua competência.

A Justiça Eleitoral de Roraima tem como clientes eleitores, partidos políticos, candidatos, advogados, instituições de ensino, órgãos e instituições públicas e privadas, em especial, nesse último caso, para apoiar processos eleitorais. A seguir, uma representação gráfica dos nossos clientes.

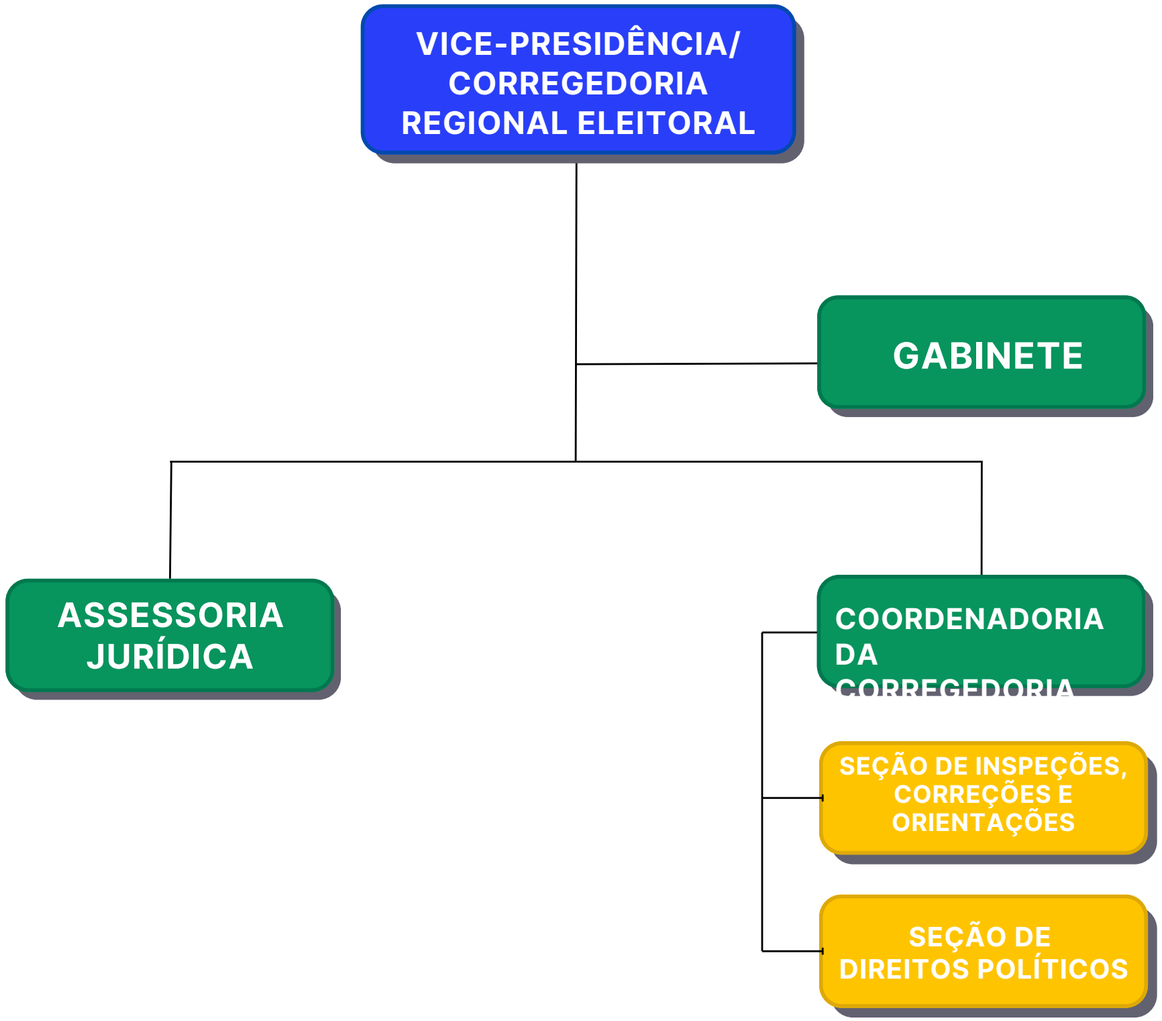


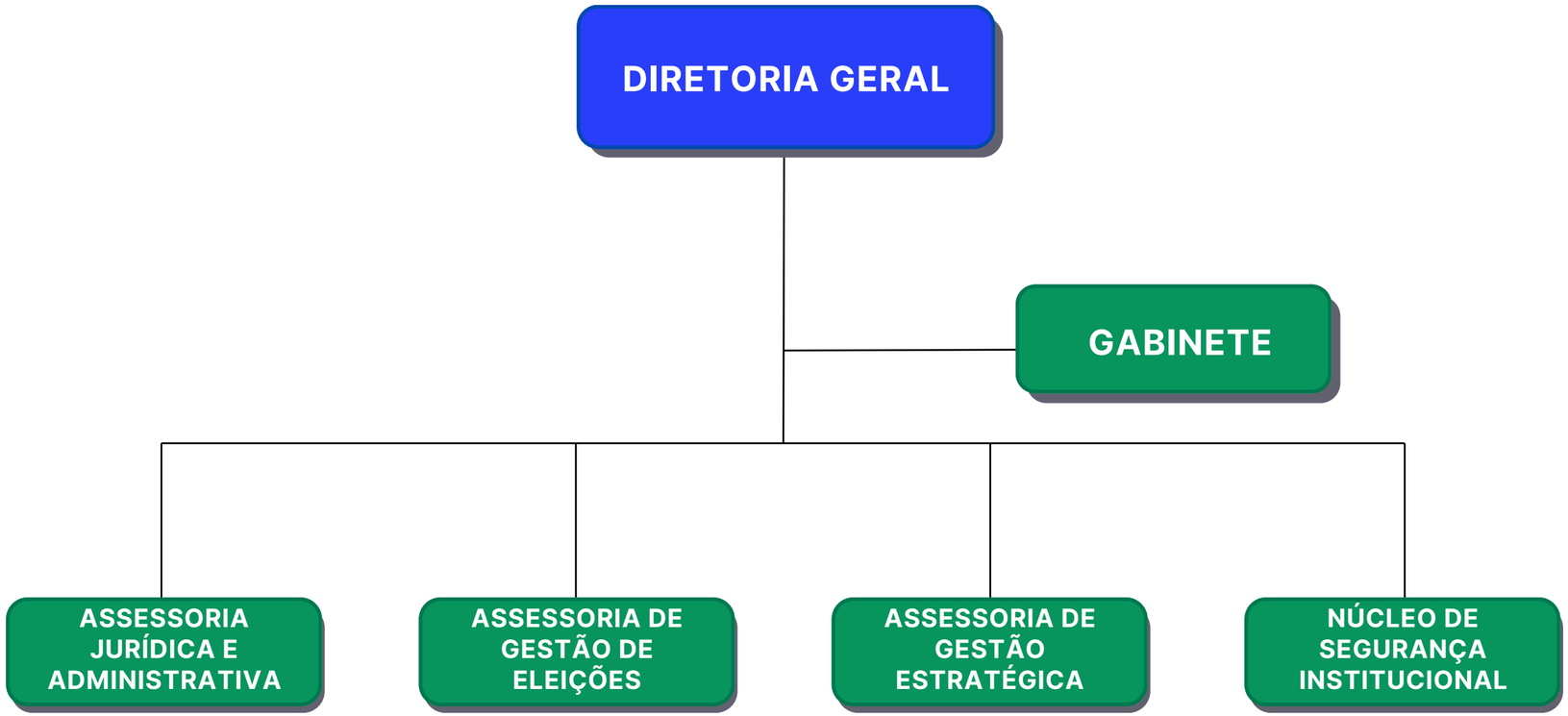
Há ainda uma constante articulação institucional com os demais Tribunais Regionais Eleitorais, tanto por meio do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais (Coptrel), sociedade civil sem fins lucrativos, de âmbito nacional, integrada pelos desembargadores que estiverem na presidência dos TREs, criado em 16 de setembro de 1995, com o objetivo de “aperfeiçoar a prestação do serviço e desenvolver ferramentas que auxiliem no processo eleitoral”, quanto por meio do Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral.

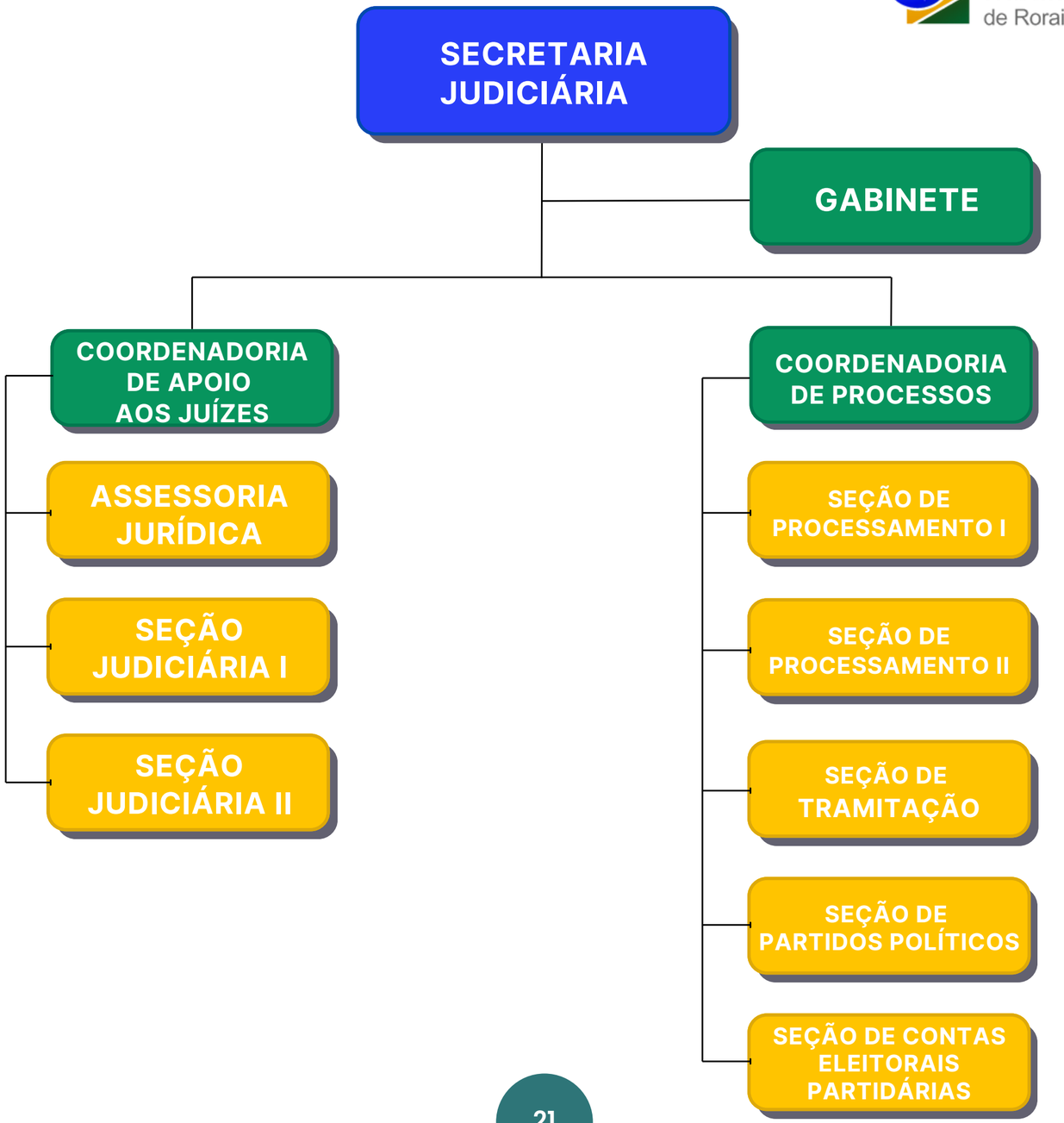
Registre-se que o Tribunal Regional de Roraima, com a finalidade de bem atender os seus clientes internos e externos, possui a seguinte estrutura organizacional, a qual foi estabelecida por intermédio da Resolução TRE-RR n. 510, de 01 de agosto de 2023:

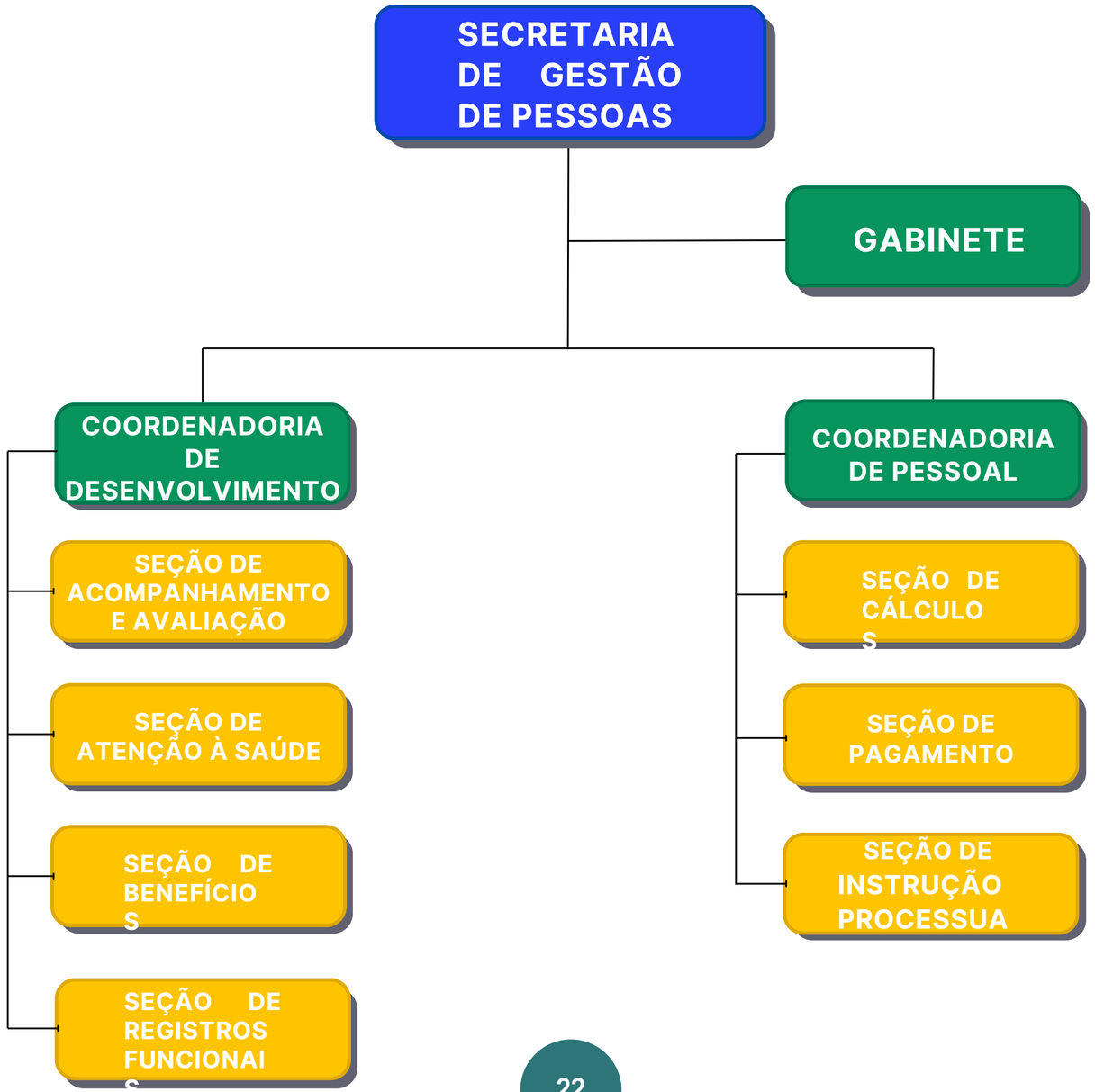

PRESIDÊNCIA
OUVIDORIA
EJE
VICE-PRESIDÊNCIA/ CORREGEDORIA
DIRETORIA GERAL
SECRETARIA JUDICIÁRIA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

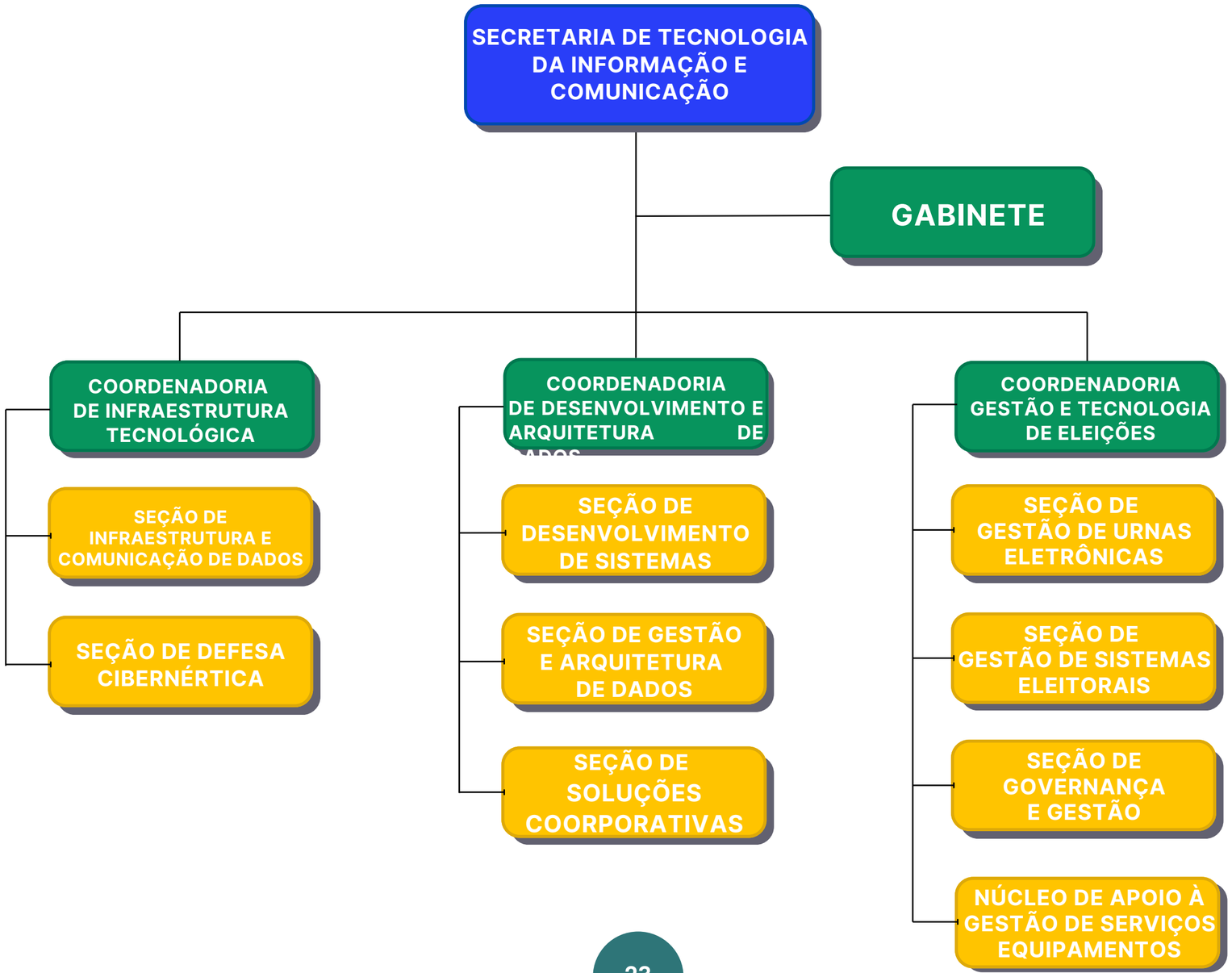

PRESIDÊNCIA
GABINETE
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CERIMONIAL
UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA
ASSESSORIA JURÍDICA
NÚCLEO DE TRATAMENTO DE DADOS E INOVAÇÃO
NÚCLEO DE SUSTENTABILIDADE
SEÇÃO DE AUDITORIA DE GOVERNANÇA
SEÇÃO DE AUDITORIA PESSOAL
SEÇÃO DE AUDITORIA FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE GESTÃO

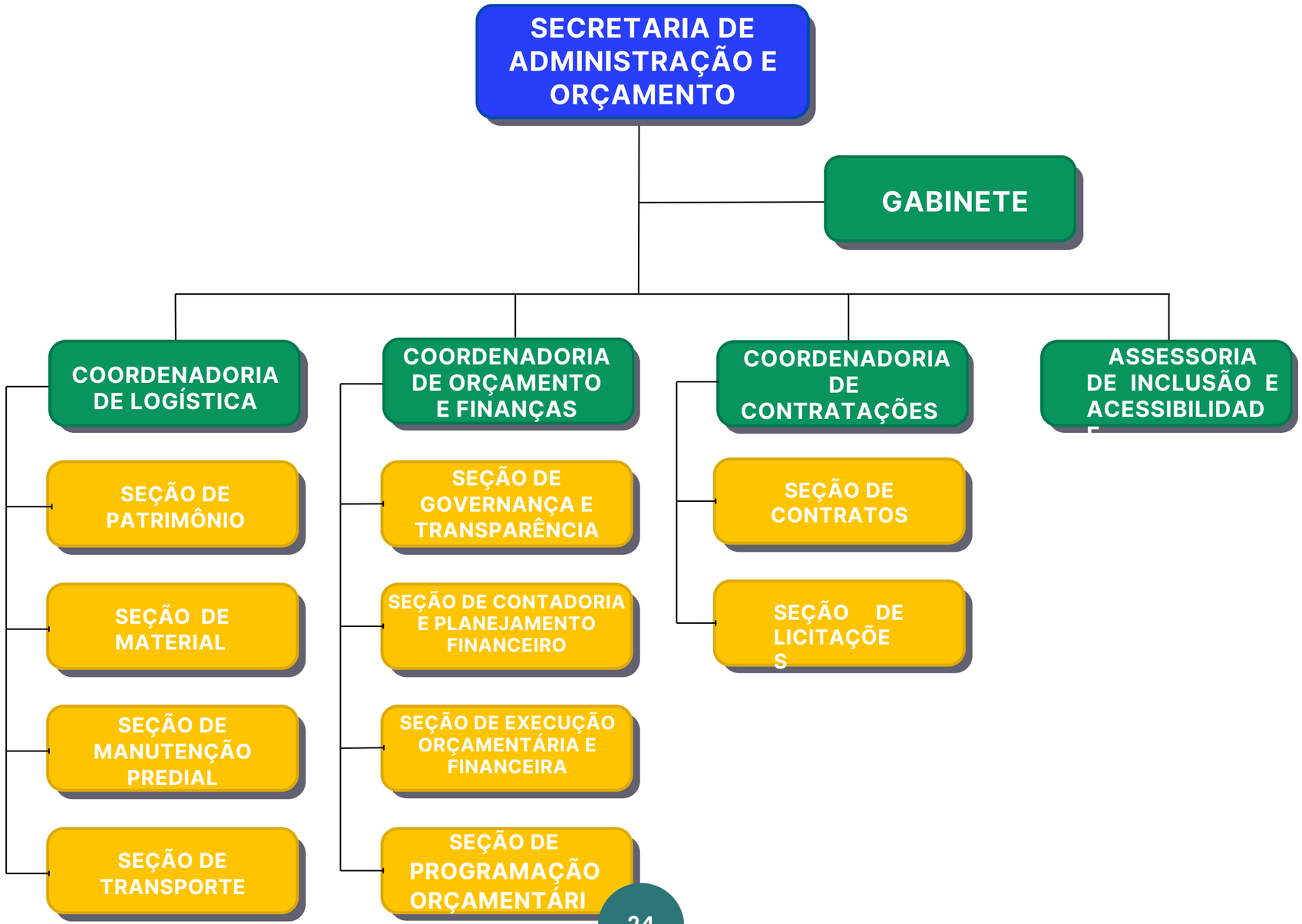

VICE-PRESIDÊNCIA/ CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL
GABINETE
ASSESSORIA JURÍDICA
COORDENADORIA DA CORREGEDORIA
SEÇÃO DE INSPEÇÕES, CORREÇÕES E ORIENTAÇÕES
SEÇÃO DE DIREITOS POLÍTICOS


DIRETORIA GERAL
GABINETE
ASSESSORIA JURÍDICA E ADMINISTRATIVA
ASSESSORIA DE GESTÃO DE ELEIÇÕES
ASSESSORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
NÚCLEO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL


SECRETARIA JUDICIÁRIA
GABINETE
COORDENADORIA DE APOIO AOS JUÍZES
ASSESSORIA JURÍDICA
SEÇÃO JUDICIÁRIA I
SEÇÃO JUDICIÁRIA II
COORDENADORIA DE PROCESSOS
SEÇÃO DE PROCESSAMENTO I
SEÇÃO DE PROCESSAMENTO II
SEÇÃO DE TRAMITAÇÃO
SEÇÃO DE PARTIDOS POLÍTICOS
SEÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS PARTIDÁRIAS


SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
GABINETE
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO
SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO
SEÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE
SEÇÃO DE BENEFÍCIOS
SEÇÃO DE REGISTROS FUNCIONAIS
COORDENADORIA DE PESSOAL
SEÇÃO DE CÁLCULOS
SEÇÃO DE PAGAMENTO
SEÇÃO DE INSTRUÇÃO PROCESSUA


SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
GABINETE
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA
SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA E COMUNICAÇÃO DE DADOS
SEÇÃO DE DEFESA CIBERNÉRTICA
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO E ARQUITETURA DE
SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
SEÇÃO DE GESTÃO E ARQUITETURA DE DADOS
SEÇÃO DE SOLUÇÕES COORPORATIVAS
COORDENADORIA GESTÃO E TECNOLOGIA DE ELEIÇÕES
SEÇÃO DE GESTÃO DE URNAS ELETRÔNICAS
SEÇÃO DE GESTÃO DE SISTEMAS ELEITORAIS
SEÇÃO DE GOVERNANÇA E GESTÃO
NÚCLEO DE APOIO À GESTÃO DE SERVIÇOS EQUIPAMENTOS


SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
GABINETE
COORDENADORIA DE LOGÍSTICA
SEÇÃO DE PATRIMÔNIO
SEÇÃO DE MATERIAL
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL
SEÇÃO DE TRANSPORTE
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SEÇÃO DE GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA
SEÇÃO DE CONTADORIA E PLANEJAMENTO FINANCEIRO
SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRI
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES
SEÇÃO DE CONTRATOS
SEÇÃO DE LICITAÇÕES
ASSESSORIA DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDAD



- **Missão: Realizar Justiça.**
- **Visão: Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do país.**
- **Atributos de valor: Acessibilidade, Inovação, Agilidade, Integridade, Credibilidade, Segurança Jurídica, Eficiência, Sustentabilidade, Ética, Transparência, Imparcialidade, Responsabilização**

1.1 Principais Normas Direcionadoras da Atuação do Tribunal

As principais competências institucionais do Tribunal são definidas pela Constituição Federal (arts. 96, inciso I, e 118 e ss.), pelo Código Eleitoral (Lei n. 4.737/65, arts. 29 e ss.) e pelo seu Regimento Interno aprovado pela Resolução n. 417/2019.

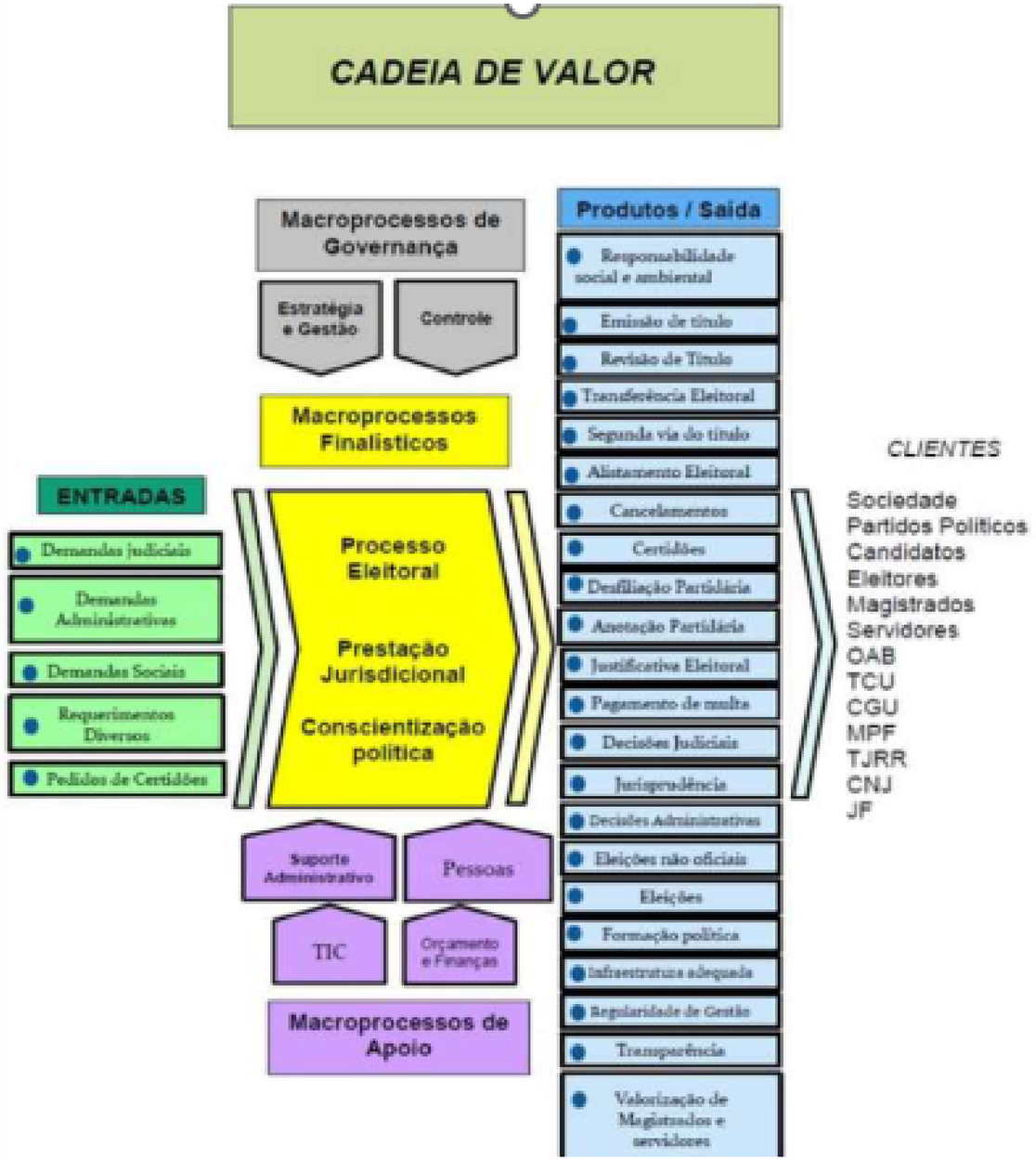
São responsabilidades desta UPC, dentre muitas outras previstas na legislação eleitoral: o alistamento eleitoral; o registro e a cassação do registro de candidatos; o julgamento de impugnações de registros partidários ou de candidaturas e das arguições de inelegibilidade; a fiscalização da propaganda eleitoral; o julgamento de crimes eleitorais e de prestações de contas partidárias; e a expedição de diplomas aos candidatos eleitos.

As normas regulamentadoras estão disponíveis na página oficial do TRE-RR: https://www.tre-rr.jus.br.

1.2 Cadeia de Valor, Macroprocessos, Valor Público e Modelo de Negócio

1.2.1 Cadeia de Valor

A cadeia de valor é resultante do levantamento de todas as ações ou processos necessários para gerar ou entregar produtos ou serviços aos usuários. É por intermédio dessa identificação encadeada que se tem uma melhor visão do valor ou benefício que se agrega em razão dos processos de trabalho. Na cadeia de valor da Justiça Eleitoral de Roraima estão identificados os macroprocessos a seguir detalhados:


CADEIA DE VALOR
Macroprocessos de Governança
Estratégia e Gestão
Controle
Macroprocessos Finalísticos
ENTRADAS
Demandas judiciais
Demandas Administrativas
Demandas Sociais
Requerimentos Diversos
Pedidos de Certidões
Processo Eleitoral
Prestação Jurisdicional
Conscientização política
Suporte Administrativo
Pessoas
TIC
Orçamento e Finanças
Macroprocessos de Apoio
Produtos / Saída
Responsabilidade social e ambiental
Emissão de título
Revisão de Título
Transferência Eleitoral
Segunda via do título
Alistamento Eleitoral
Cancelamentos
Certidões
Desfiliação Partidária
Anotação Partidária
Justificativa Eleitoral
Pagamento de multa
Decisões Judiciais
Jurisprudência
Decisões Administrativas
Eleições não oficiais
Eleições
Formação política
Infraestrutura adequada
Regularidade de Gestão
Transparência
Valorização de Magistrados e servidores
CLIENTES
Sociedade
Partidos Políticos
Candidatos
Eleitores
Magistrados
Servidores
OAB
TCU
CGU
MPF
TJRR
CNJ
JF

1.2.2 Modelo de negócios

A arquitetura de processos do TRE-RR foi estabelecida sob a ótica das suas competências regimentais e com a participação dos integrantes dos níveis estratégico e tático das unidades de gerenciamento do Escritório Corporativo de Projetos, por meio de seu Comitê Gestor com base nas Resoluções TRE-RR n. 223 e n. 224, de 12 de dezembro de 2014, e em caráter de rede de governança colaborativa interna.

Posteriormente, considerando a necessidade de aperfeiçoamento da gestão de projetos institucionais no âmbito do Tribunal, foi editada a Resolução TRE-RR n. 453, de 26 de fevereiro de 2021, que passou a tratar sobre o gerenciamento dos projetos corporativos.

A fim de atender as exigências supracitadas, o TRE-RR desenvolveu sua arquitetura de processos classificando-os em três grupos, são eles:

Macroprocessos de Governança

Compreendem o conjunto de processos de trabalho relacionados à gestão das informações necessárias à formulação de políticas e diretrizes para o estabelecimento e consecução de metas institucionais. Orientam a alta gestão da organização no processo de tomada de decisão, focam na atuação dos gestores e incluem ações de medição e ajuste do desempenho organizacional.

Macroprocessos finalísticos

Consistem no conjunto de processos de trabalho que geram produto ou serviço que serão entregues ou percebidos pelo cliente externo. São essenciais à existência da organização, pois caracterizam a sua atuação e estão diretamente ligados a seu objetivo maior: atender com qualidade as demandas internas e externas.

Macroprocessos de Apoio

São processos transversais que apoiam outros processos internos, sendo indispensáveis para a gestão efetiva do negócio. Administram os recursos da instituição e viabilizam o funcionamento coordenado dos vários subsistemas da organização.

Adotou-se o novo painel do “Valor Público”, demonstrado abaixo:

PROCESSO/SUBPROCESSO



Estatística do atendimento ao eleitor

Alistamento, Transferência, Revisão, Segunda via, Título-Net, Títulos Impressos



Eleições

Eleitores aptos



Prestação Jurisdicional

Estatística processual



Relação com o público externo

VALOR PÚBLICO EM NÚMEROS

3367	3388	2653	530	1057	8808
Alistamento	Transferência	Revisão	Segunda Via	Título-Net	Títulos Impressos

372.582	342.293	30.289
Eleitores Aptos	Eleitores com Biometria	Eleitores sem Biometria

consulta:

https://atena.tre-rr.jus.br/indicadores/transparencia

331	37
Matérias jornalísticas em foramto acessível	**Número de eventos e com acessibilidade comunicacional**

1.2.3 Relação com o Ambiente Externo

Cada Organização está inserida em um macroambiente, que nada mais é do que um conjunto de fatores intervenientes sejam eles externos ou internos. E é justamente a análise desses ambientes que fornecem um diagnóstico imprescindível à formulação da estratégia do Órgão.

Dentro da estrutura organizacional do TRE-RR, existe a Ouvidoria Eleitoral, que tem por missão servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e o Tribunal, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas, objetivando o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços prestados.

Adiante será demonstrado o quanto, no ano de 2023, o TRE-RR manteve uma relação com os destinatário da Justiça Eleitoral.

Tribunal Regional Eleitoral
de Roraima

Portal da Justiça Eleitoral



Serviços Digitais atualizados em 2023

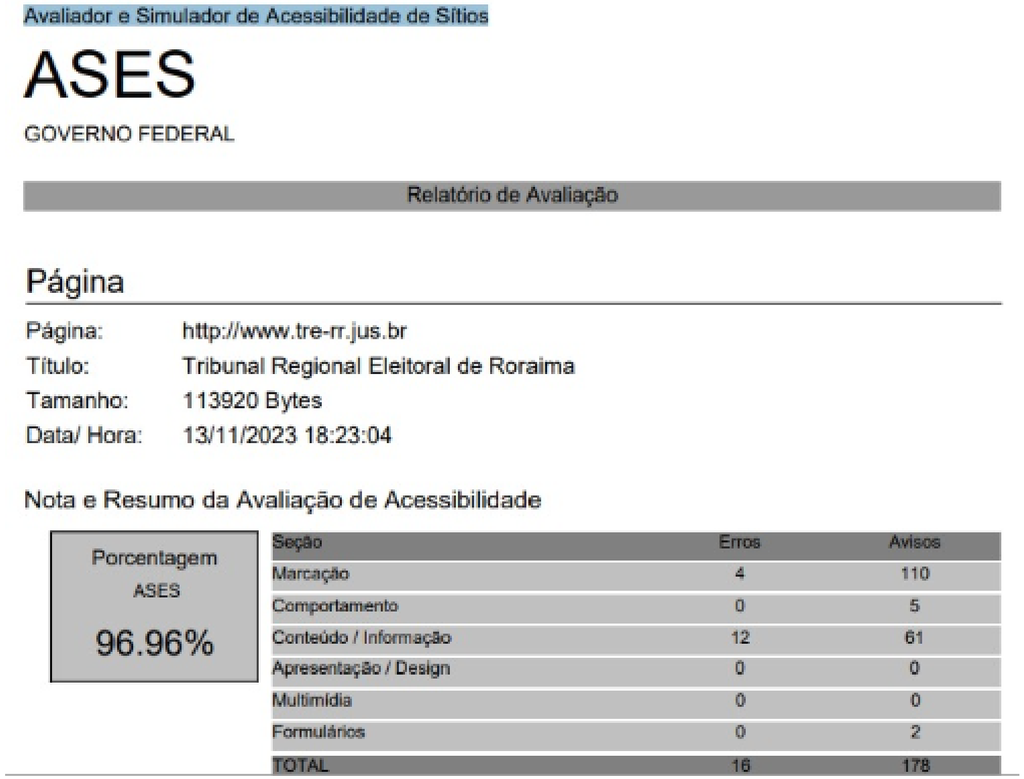
- PROTOCOLO GERAL ELETRÔNICO
- ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL
- CERTIDÃO
- REGISTRO DE ÓRGÃO DE DIREÇÃO PARTIDÁRIA
- CERTIDÃO DE COMPOSIÇÃO PARTIDÁRIA
- CERTIDÕES ELEITORAIS
- INFORMAÇÕES SOBRE ELEIÇÕES
- PROGRAMA MESÁRIO VOLUNTÁRIO
- FILIAÇÃO PARTIDÁRIA
- PESQUISA JURISPRUDENCIAL
- PESQUISA DE RESOLUÇÃO
- CESSÃO DE URNAS ELETRÔNICAS
- CESSÃO DE URNAS DE VOTAÇÃO MANUAL
- CHAME A OUVIDORIA
- BALCÃO VIRTUAL
- CENTRAL DE ATENDIMENTO VIRTUAL AO ELEITOR
- JUÍZO 100% DIGITAL
- TÍTULO NET
- EMISSÃO DE PAGAMENTO DE MULTA ELEITORAL
- CERTIDÃO DE JUSTIFICATIVA ELEITORAL
- DIPLOMA ONLINE
- APOIO LOGÍSTICO VOLUNTÁRIO

Nova carta de serviços ao cidadão aprovada em 2023



Acessibilidade Comunicacional na página do TRE-RR

O TRE-RR utiliza o Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios - ASES para mensurar o nível de acessibilidade do site e de seus links, bem como do indicador 1.5 do Planejamento Estratégico da STIC, conforme se depreende do link https://www.tre-rr.jus.br/institucional/planejamento-estrategico/resultados-dos-indicadores-estrategicos. Vale salientar que em avaliação realizada na data de 13/11/2023, o TRE-RR obteve 96,96% de aprovação na avaliação, conforme tela demonstrativa ao lado:



Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sítios

ASES

GOVERNO FEDERAL

Relatório de Avaliação

Página

Página: http://www.tre-rr.jus.br
Título: Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
Tamanho: 113920 Bytes
Data/ Hora: 13/11/2023 18:23:04

Nota e Resumo da Avaliação de Acessibilidade

Porcentagem ASES 96.96%

Seção	Erros	Avisos
Marcação	4	110
Comportamento	0	5
Conteúdo / Informação	12	61
Apresentação / Design	0	0
Multimídia	0	0
Formulários	0	2
TOTAL	16	178

Tribunal Regional Eleitoral
de Roraima

TRIBUNAL EM NÚMEROS

OUVIDORIA

- 22 contatos recebidos
- 22 respostas encaminhadas
- 2521 votos auferidos nas categorias de satisfação “bom” e “ótimo”

REDES SOCIAIS

Quantidade de publicações:

- Instagran : 436
- Facebook: 103
- Youtube: 37
- Site TRE/RR: 331

LITIGIOSIDADE

Classes processuais (CNJ):

- Casos Novos : 358
- Baixados : 1041
- Decisões: 614

TRE/RR

02 RISCOS E OPORTUNIDADES



2.1 Oportunidades, Ameaças, Forças e Fraquezas

Partindo de um olhar sobre as fontes externas, as oportunidades e ameaças identificadas pelo Tribunal, e que constam do Planejamento Estratégico Institucional, são:

- **Oportunidades**
  - Possibilidade de parcerias com outros entes públicos ou com a sociedade civil organizada visando uma melhor prestação do serviço à sociedade;
  - Movimento em favor da ética na política/combate à corrupção;
  - Uso de ferramentas de ensino a distância para capacitar a sociedade (eleitores, candidatos e partidos);
  - Maior exigência da população e dos órgãos de controle externo por qualidade e transparência do serviço público;
  - Potencial adesão dos eleitores ao aplicativo E-título;
  - Interesse da Administração Pública nas questões de responsabilidade socioambiental;
  - Perfil do eleitorado em RR favorece a compreensão do processo de votação;
  - Incentivo no uso de boas práticas entre os órgãos do Poder Judiciário;
  - Evolução tecnológica.
- **Ameaças**
  - Descrédito da sociedade em relação aos políticos e às instituições políticas;
  - Partidos políticos desestruturados e desconhecedores de seus deveres e obrigações perante a Justiça Eleitoral;
  - Restrições orçamentárias;
  - Ataques de hackers;
  - Fakenews;
  - Desvalorização das carreiras no Judiciário;
  - Dificuldade de criação de cargos efetivos;
  - Ausência de informação da sociedade quanto ao processo eleitoral.

Olhando para as fontes internas, temos as seguintes forças e fraquezas:

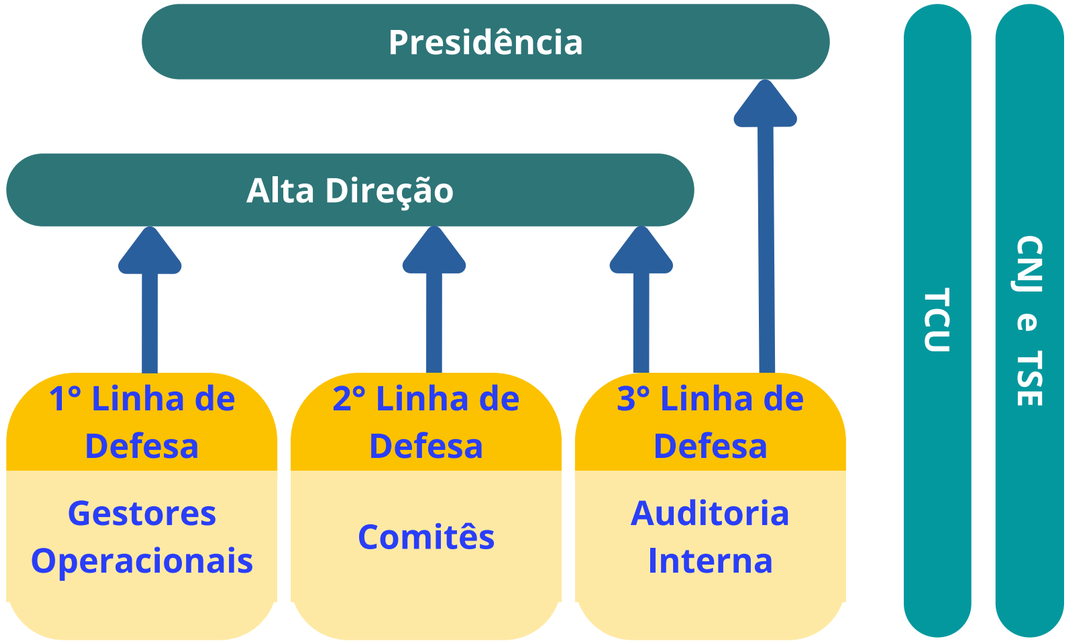
- **Forças**
  - *Atuação na conscientização política do cidadão;*
  - *Existência de cadastro biométrico para todo o eleitorado de RR;*
  - *Existência de adequados canais de comunicação para a população;*
  - *Atendimento das operações de alistamento em qualquer local de localidade;*
  - *Boa reputação com clientes (eleitores, candidatos, partidos políticos etc.);*
  - *Funcionamento dos serviços eleitorais em imóveis próprios;*
  - *Implantação do processo administrativo eletrônico (SEI – Sistema Eletrônico de Informações) e do Processo Judicial Eletrônico (PJe);*
  - *Digitalização de todos os processos em tramitação no Tribunal;*
  - *Celeridade e segurança no resultado das eleições;*
  - *Conhecimento do negócio;*
  - *Boas condições de trabalho no Tribunal;*
  - *Comprometimento dos servidores com a instituição;*
  - *Assistência à saúde e outros benefícios oferecidos aos servidores;*
  - *Quadro de pessoal com elevado grau de instrução;*
  - *Integração do Plano Anual de Capacitação com as necessidades das unidades para o desenvolvimento de competências;*
  - *Implantação do teletrabalho;*
  - *Localização de TRE/RR.*

- **Fraquezas**
  - *Capacidade de atendimento das demandas de TI (desenvolvimento e suporte) abaixo do necessário em virtude da falta de servidores especializados;*
  - *Falhas no planejamento e na execução orçamentária (aderência e execução);*
  - *Falta de autonomia orçamentária e financeira;*
  - *Estrutura insuficiente para uma boa gestão por processos e de projetos;*
  - *A comunicação da estratégia ainda não alcança toda a instituição;*
  - *Deficiência na comunicação interna (endomarketing) em relação aos sistemas eleitorais.*

2.2 Gestão de Riscos e Controles Internos

O Estatuto de Auditoria Interna, instituído pela Resolução TRE/RR n. 430/2020, definiu a atuação da auditoria interna na 3ª linha de defesa no gerenciamento de riscos e controles.

De acordo com a Declaração de Posicionamento do *Institute of Internal Auditors* (IIA), endossado pelo Instituto de Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil), no modelo de três linhas de defesa, o controle da gerência é a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos, as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidades estabelecidas pela gerência são a segunda linha de defesa e a avaliação independente é a terceira linha. Cada uma dessas três linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura mais ampla de governança da organização.



A Política de Gestão de Riscos do TRE-RR tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades para a gestão de riscos, incorporando a visão de risco à tomada de decisão, em conformidade com as melhores práticas adotadas no setor público.

A gestão riscos do TRE-RR é orientada pelos seguintes princípios:

- Transparência, objetividade e dinamismo;
- Proteção dos valores institucionais;
- Alinhamento aos contextos interno e externo da organização;
- Aplicação contínua aos processos de trabalho;
- Observância do grau de maturidade, gestão e governança da organização.

As instâncias de responsáveis pelo Sistema de Gestão de Riscos do TRE-RR são:

- Pleno;
- Presidente;
- Coordenadoria de Auditoria Interna;
- Comitês Técnicos Setoriais.

Como prática usual no TRE-RR, a gestão de riscos nos processos de aquisições tem sua avaliação executada de forma contínua e iniciada pela unidade demandante e, posteriormente, reavaliada em diversos níveis, ante as análises dos procedimentos pelas primeira e segunda linhas de defesas, visto serem responsáveis pelo planejamento das ações ou projetos, e, por último, ainda há a submissão à área competente de auditoria interna.

Cabe destacar que a Secretaria de Administração e Orçamento, neste exercício de 2023, iniciou procedimento para a capacitação de diversos servidores visando implementar, integralmente, o gerenciamento de riscos no âmbito do TRE-RR, com o intuito de identificar, analisar e controlar os riscos do nosso negócio.

Por fim, cumpre informar que há no TRE-RR normas e regulamentos que regem diversas atividades e procedimentos que contribuem para a identificação e avaliação dos riscos, subsidiando o gestor na tomada de decisões. minimizando ou anulando possíveis riscos da nossa atividade.

TRE/RR

03

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA, DESEMPENHO E PERSPECTIVAS



3.1 Governança, Estratégia e Desempenho

O TRE-RR, por meio da Resolução n. 472/2021, aprovou o seu Planejamento Estratégico Institucional (PEI) para o período 2021-2026 e o anexo único - mapa estratégico. O planejamento estratégico possui as perspectivas da sociedade, processos internos e, ainda, aprendizado e crescimento, que contém macrodesafios específicos.

O desempenho da estratégia institucional é avaliado nas Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs) para acompanhamento dos resultados obtidos na execução da estratégia, buscando possíveis subsídios para o aprimoramento do desempenho institucional.

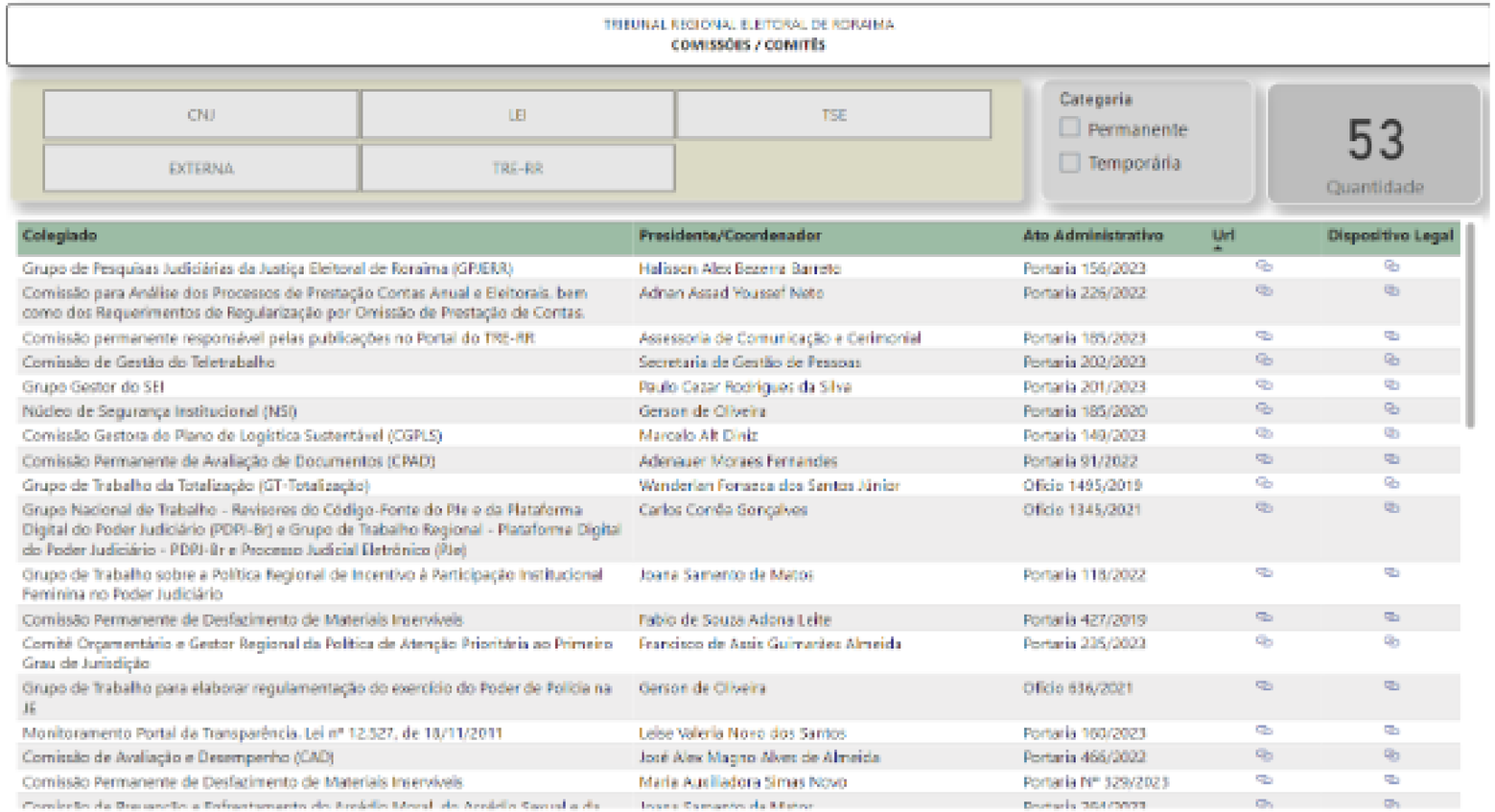
A partir das definições do plano estratégico ocorre o desdobramento em iniciativas e projetos, fazendo com que as ações do TRE-RR mantenham coerência e alinhamento com os direcionadores estratégicos.

A estrutura de governança do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima atua de modo a viabilizar a consecução dos objetivos estratégicos da instituição e visa garantir que as diversas instâncias do Tribunal tenham as condições para desempenharem regularmente suas funções de modo a contribuir para a geração de valor em curto, médio e longo prazo.

As principais funções e os destaques da atuação das instâncias internas de governança, no ano de 2023, foram disponibilizadas para melhor visualização, em um painel que se encontra disponível para acesso ao público interno e externo.

COMITÊS E COMISSÕES

https://www.tre-rr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/comissoes



Colegiado	Presidente/Coordenador	Ato Administrativo	Url	Dispositivo Legal
Grupo de Pesquisas Judiciárias da Justiça Eleitoral de Roraima (GPJERR)	Haliscn Alex Bezerra Barreto	Portaria 156/2023		
Comissão para Análise dos Processos de Prestação Contas Anual e Eleitorais, bem como dos Requerimentos de Regularização por Omissão de Prestação de Contas.	Adnan Assad Youssef Neto	Portaria 226/2022		
Comissão permanente responsável pelas publicações no Portal do TRE-RR	Assessoria de Comunicação e Cerimonial	Portaria 185/2023		
Comissão de Gestão do Teletrabalho	Secretaria de Gestão de Pessoas	Portaria 202/2023		
Grupo Gestor do SEI	Paulo Cezar Rodrigues da Silva	Portaria 201/2023		
Núcleo de Segurança Institucional (NSI)	Gerson de Oliveira	Portaria 185/2020		
Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS)	Marcelo Alt Diniz	Portaria 140/2023		
Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD)	Adenauer Moraes Fernandes	Portaria 91/2022		
Grupo de Trabalho da Totalização (GT-Totalização)	Wanderlan Fonseca dos Santos Júnior	Ofício 1495/2019		
Grupo Nacional de Trabalho - Revisores do Código-Fonte do PJe e da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br) e Grupo de Trabalho Regional - Plataforma Digital do Poder Judiciário - PDPJ-Br e Processo Judicial Eletrônico (PJe)	Carlos Corrêa Gonçalves	Ofício 1345/2021		
Grupo de Trabalho sobre a Política Regional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário	Joana Sarmento de Matos	Portaria 118/2022		
Comissão Permanente de Desfazimento de Materiais Inservíveis	Fábio de Souza Adona Leite	Portaria 427/2019		
Comitê Orçamentário e Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição	Francisco de Assis Guimarães Almeida	Portaria 235/2023		
Grupo de Trabalho para elaborar regulamentação do exercício do Poder de Polícia na JE	Gerson de Oliveira	Ofício 636/2021		
Monitoramento Portal da Transparência. Lei nº 12.527, de 18/11/2011	Lébe Valeria Nono dos Santos	Portaria 160/2023		
Comissão de Avaliação e Desempenho (CAD)	José Alex Magno Alves de Almeida	Portaria 466/2022		
Comissão Permanente de Desfazimento de Materiais Inservíveis	Maria Auxiliadora Simas Novo	Portaria Nº 329/2023		
Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da	Joana Sarmento de Matos	Portaria 304/2023		

3.2 Objetivos Estratégicos, Responsáveis, Indicadores de Desempenho

Visando aprimorar continuamente o cumprimento de sua missão institucional, bem como almejando alcançar a eficiência, eficácia e efetividade na gestão pública, a Justiça Eleitoral de Roraima vem se valendo das técnicas de planejamento estratégico que permitem projetar uma visão de futuro e estabelecer meios de alcançá-la, ancorado em metodologia e experiências adotadas dentre os demais Tribunais Regionais Eleitorais e pelo Tribunal Superior Eleitoral.

O Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral de Roraima, para o ciclo 2016-2021, foi desenvolvido de forma colaborativa com as unidades dos níveis estratégico, tático e operacional do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima.

Os macrodesafios representam o vínculo indispensável entre as diretrizes e o referencial estratégico da instituição e, portanto, servem para orientar o que precisa ser realizado para que a organização cumpra adequadamente sua missão e alcance sua visão de futuro. Executando as iniciativas estabelecidas no planejamento estratégico, com o intuito de melhorar os processos de trabalho de governança e finalísticos, a Justiça Eleitoral em Roraima atenderá aos macrodesafios outrora estabelecidos.

A partir de 2021, o Tribunal passou a adotar macrodesafios sob três perspectivas: Sociedade; Processos Internos; e Aprendizado e Crescimento.

Perspectiva	Macrodesafio	UNIDADE RESPONSÁVEL
Sociedade	Garantia dos Direitos Fundamentais	OUVIDORIA, COORDENADORIA DE APOIO ADMINITRATIVO, UNIDADE DE SUSTENTABILIDADE
	Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade	ESCOLA JUDICIÁRIA
Processos Internos	Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	SECRETARIA JUDICIÁRIA E CORREGEDORIA
	Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais	SECRETARIA JUDICIÁRIA E CORREGEDORIA
	Promoção da Sustentabilidade	UNIDADE DE SUSTENTABILIDADE
	Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDADE DE AUDITORIA
Aprendizado e Crescimento	Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
	Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira	COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
	Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

INDICADORES 2023

GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

100%
ÍNDICE DE RESPOSTAS A CONTATOS DIRIGIDOS À OUVIDORIA

3.94
ÍNDICE DO TEMPO MÉDIO DE RESPOSTAS A CONTATOS DIRIGIDOS À OUVIDORIA

90,50%
ÍNDICE DE GRAU DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS

83,00%
ÍNDICE DE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA

96,96%
ÍNDICE DE ACESSIBILIDADE DIGITAL

FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

TOTAL 3.992
PESSOAS DA COMUNIDADE EM AÇÕES DE EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA

INDICADORES 2023

AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

- ÍNDICE DE TEMPO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
- ÍNDICE DE TEMPO MÉDIO PARA ARQUVAMENTO
- ÍNDICE DE TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS PENDENTES NO 1° GRAU
- ÍNDICE DE DESEMPENHO NO EIXO PRODUTIVIDADE DO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

ÍNDICE DE JULGAMENTO DE ILÍCITOS ELEITORAIS QUE IMPORTEM EM PERDA DE MANDATO, CASSAÇÃO DE REGISTRO OU DIPLOMA NO 1° GRAU	100%
ÍNDICE DE JULGAMENTO DE ILÍCITOS ELEITORAIS QUE IMPORTEM EM PERDA DE MANDATO, CASSAÇÃO DE REGISTRO OU DIPLOMA NO 2° GRAU	100%

TRE-RR EM 2° LUGAR NO EIXO PRODUTIVIDADE DO PRÊMIO QUALIDADE CNJ

INDICADORES 2023

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

89,39%
ÍNDICE DE AGILIDADE NA TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

34,44%
ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO AO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

70,59%
ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DE RECOMENDAÇÕES INTERNAS

100%
ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DE RECOMENDAÇÕES EXTERNAS

75,28%
ÍNDICE DE MATURIDADE DE GESTÃO DE RISCOS

100%
ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

ÍNDICE DE DESEMPENHO DE SUSTENTABILIDADE **64,5%**

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES **84,9%**

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM O PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO (QVT) **82,1%**

Tribunal Regional Eleitoral
de Roraima

INDICADORES 2023

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

97,53%
ÍNDICE DE ALOCAÇÃO DO ORÇAMENTO ESTRATÉGICO

6,80%
ÍNDICE DE PERDAS DO ORÇAMENTO UNIFICADO

58,85%
ÍNDICE DE ADERÊNCIA DA EXECUÇÃO AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

66,66%
ÍNDICE DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE TIC DO PLANO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

93,,24%
ÍNDICE DE GOVERNANÇA DE TIC IGOVTIC-JUD

96,70%
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DE TIC

0%
ÍNDICE DE INCIDENTES CIBERNÉTICOS

Os resultados com as metas pactuadas para o período do plano estratégico e seu desdobramento anual encontram-se disponíveis na página institucional do TRE-RR:

Resultados dos Indicadores Estratégicos — Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (tre-rr.jus.br)

3.3 Resultados da Gestão

Em decorrência do processo de atualização do planejamento estratégico para o período 2021-2026, importou-se da metodologia Balanced ScoreCard o modelo de mensuração de desempenho institucional que consiste no desdobramento de indicadores de desempenho com o propósito de mensurar tanto o grau de desenvolvimento institucional quanto a sua atuação nos diversos macrodesafios e o desempenho das diversas áreas técnicas deste Tribunal Regional.

Esse modelo de mensuração institucional consiste na implantação do Índice de Desempenho da Justiça Eleitoral de Roraima (IDJE), um indicador global para medir o grau de desenvolvimento da Instituição, possibilitando a mensuração das diferenças de desempenho existentes entre as diversas áreas técnicas do Tribunal. O indicador tem por objetivo apreender o desempenho institucional através de uma única medida, resultante da combinação ponderada das medições dos indicadores estratégicos, os quais serão formulados a partir da composição de indicadores de apoio da mesma natureza e em alinhamento ao mapa dos macrodesafios da Justiça Eleitoral (CNJ-2013) para a definição da estratégia 2016-2021.

Os indicadores estratégicos estão distribuídos entre os 8 (oito) macrodesafios definidos no planejamento estratégico, que, por sua vez, estão ponderados mediante adoção de pesos em que se atribui uma maior relevância aos macrodesafios vinculados às perspectivas da “Sociedade” e dos “Processos Internos”.

3.4 Programas, Projetos e Ações

A seguir, são indicados os principais programas, projetos e iniciativas visando ao cumprimento da missão e ao alcance dos objetivos do TRE-RR:

- PROJETO PRÊMIO QUALIDADE CNJ 2023 - BEM-ESTAR TRE-RR

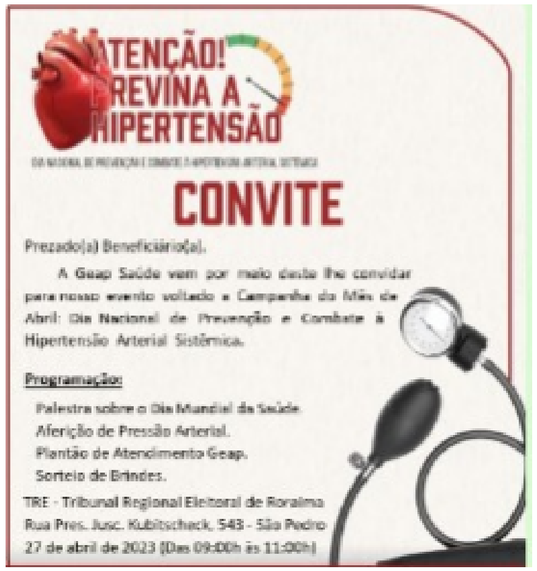
O escopo é a realização de ações de qualidade de vida, saúde e bem-estar de servidores, magistrados, estagiários e colaboradores terceirizados no TRE/RR.
O projeto foi desenvolvido a partir do Design Thinking (DT), que é uma abordagem projetual utilizada por diversas instituições públicas e privadas com a participação de 15 (quinze) laboratoristas do Laboratório de Inovação TRENovar.

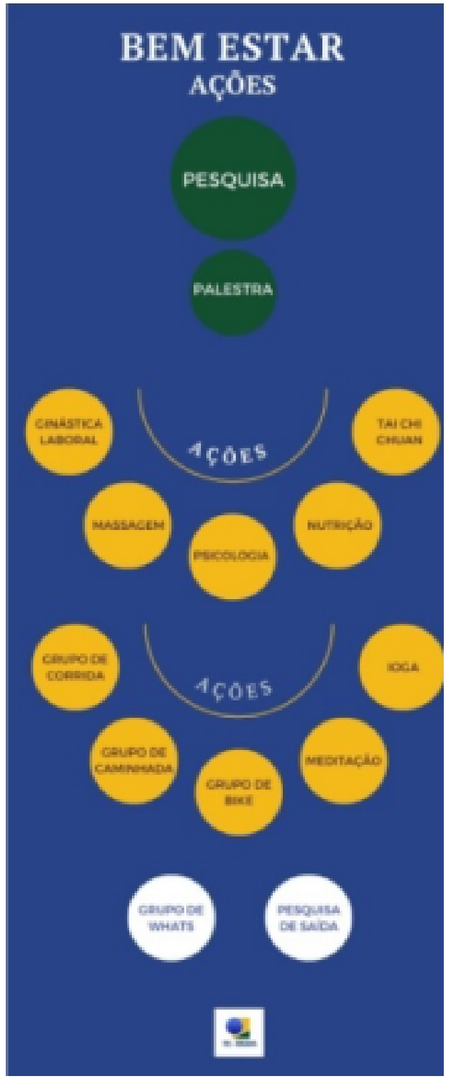
Plano de ação do projeto

Atividade	Responsável	Início	Fim
criar pesquisa de empatia	Seção de atenção à saúde	1º julho	15 julho
Divulgar a pesquisa de empatia	Assessoria de comunicação		
Analisar o resultado da pesquisa de empatia	seção de atenção à saúde	15 julho	31 julho
[NOVAÇÃO] Criação de um ambiente de voluntariado dentro do serviço para colaborar	Comitê Gestor Local de Recursos Humanos		
Organizar as atividades do programa	seção de atenção à saúde	31 julho	
Executar as atividades internas	secretaria de gestão de pessoas		
acompanhar e efetuar relatórios periódicos	ASSPLAN	31 julho	
Realizar avaliação de impacto do projeto	Laboratório de inovação TRENOVAR	1º Dezembro	19 dezembro









GRAU DE SATISFAÇÃO DE SERVIDORES E MAGISTRADOS COM O PROJETO BEM-ESTAR TRE-RR 82,08%

Campanha "Setembro Amarelo”

Cuidando do servidor" no TRE/RR
Participaram 40 servidores

Campanha Nacional de Prevenção e Combate à Hipertensão Arterial Sistêmica
Participaram 75 servidores

Campanha Nacional de Vacinação contra a influenza (Gripe - H1N1)

Evento de Alimentação Saudável e Qualidade Vida
Participaram 40 servidores

Planos, Projetos e Ações 2023

- Apoio à Eleição dos membros dos Conselhos Tutelares do município de Boa Vista

- Programa de ambientalização do servidor

- INTEGRAÇÃO, ORIENTAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

- Ação de Sensibilização em alusão ao Dia da Árvore



Tribunal Regional Eleitoral
de Roraima

Planos, Projetos e Ações 2023



- PROGRAMA PAJE -Programa de Postos de Atendimentos da Justiça Eleitoral.

ATENDIMENTOS TOTAL 1.894

Instituído pela PORTARIA N. 379/2023, o programa de Postos de Atendimento da Justiça Eleitoral - PAJE objetiva: a)facilitar o acesso aos serviços eleitorais às populações dos municípios que não são sede de zona eleitoral; b) possibilitar o atendimento local em benefício dos excluídos digitais, com a emissão e regularização de títulos eleitorais para o exercício da cidadania.

- PID's - Pontos de Inclusão Digital

Por meio da PORTARIA N. 382/2023, em atenção à Resolução CNJ n.º 508/2023, a fim de maximizar o acesso à Justiça e resguardar os excluídos digitais, foram criados e instalados os Pontos de Inclusão Digital no âmbito da Justiça Eleitoral de Roraima:

- PID - Município de Boa Vista
- PID Município de Bonfim
- PID Município do Uiramutã

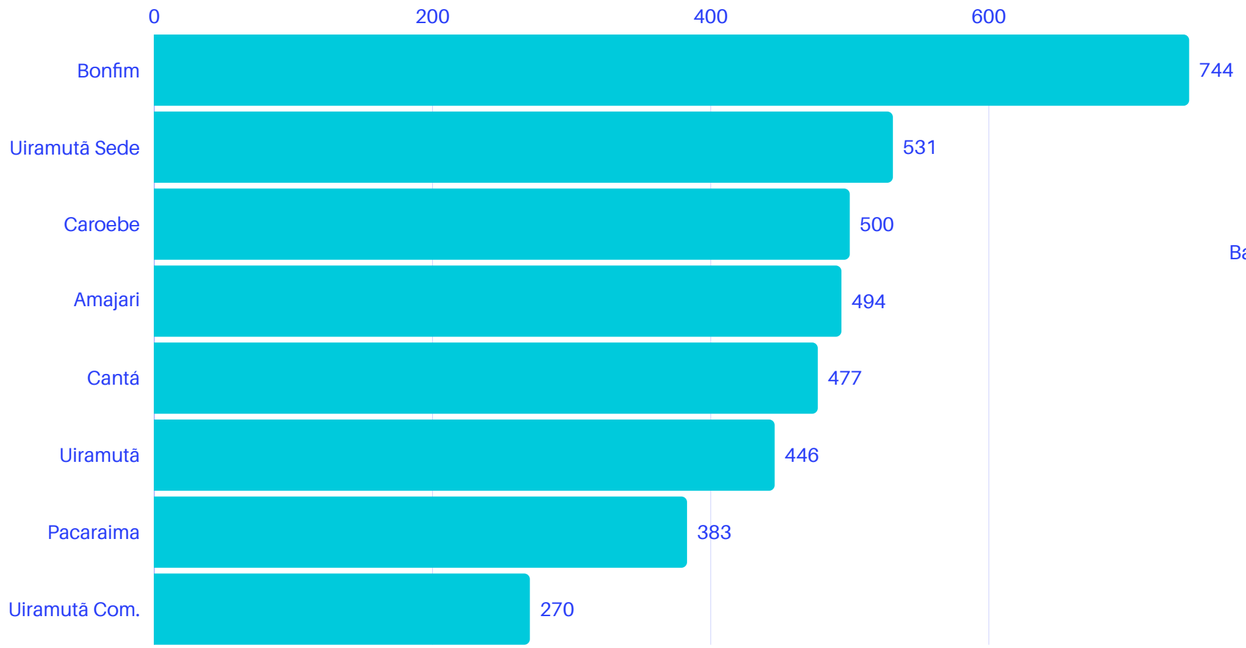


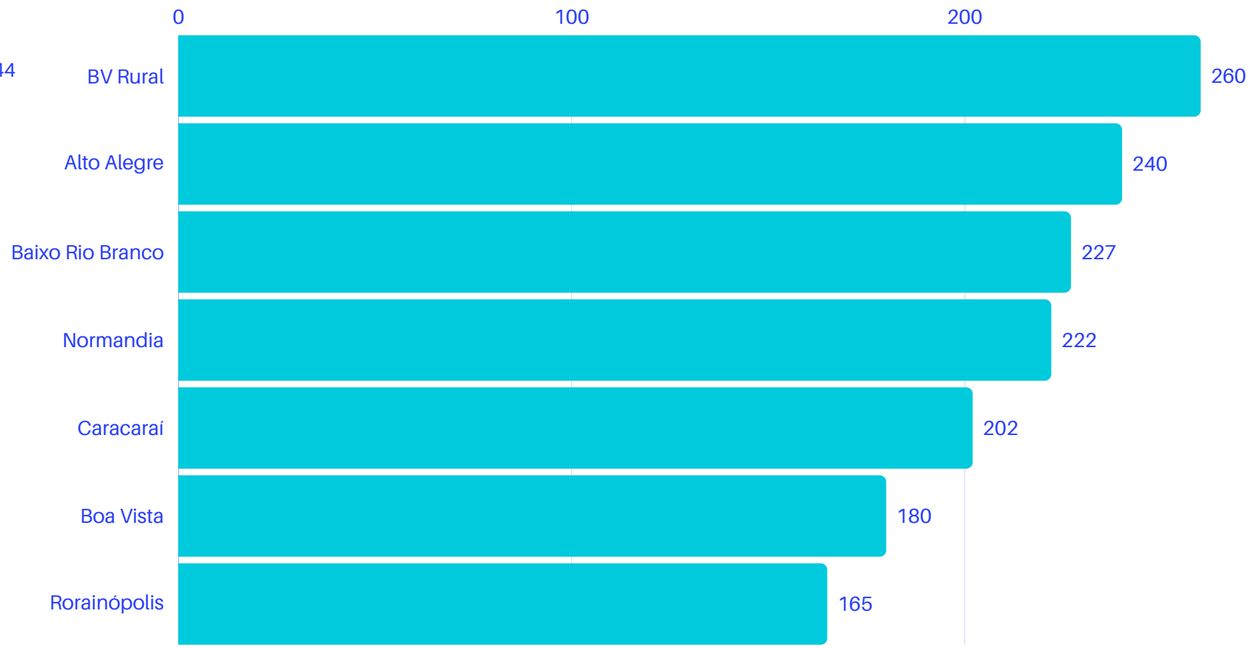


- PROJETO META 9 CNJ - Justiça Eleitoral Itinerante em Áreas Remotas

ALISTAMENTO, TRANSFERÊNCIA, REVISÃO, SEGUNDA VIA, ORIENTAÇÕES TOTAL 5.341

LOCALIDADES ATENDIDAS DOS MUNICÍPIOS TOTAL 66





- PROJETO RAIZES - Rede de atendimento Integrado das 1ª e 5ª zonas eleitorais.

Instituído por meio da Portaria TRE-RR n. 470/2023, a finalidade é a realização das operações de alistamento, revisão, transferência e segunda via de eleitores com domicílio eleitoral nos municípios de Boa Vista, Cantá, Bonfim e Normandia.

- PROJETO: Saneamento de dados DATAJUD (prêmio qualidade CNJ) e melhoria da prestação jurisdicional relativa à gestão de processos e metas processuais.

Orientação e acompanhamento do processo de aprimoramento da utilização da plataforma Power BI (business intelligence) a fim de colher dados para verificar erros que pudessem afetar a aferição do desempenho da atividade judicial.

3.5 Demonstração de Resultados à Sociedade



TRE-RR DIPLOMOU OS 24 ELEITOS DO PROJETO PARLAMENTO JOVEM

Com a diplomação os jovens eleitos estão agora um passo mais próximos de assumir seus cargos

25.08.2023 | 10:08



Roraima: eleições de membro dos conselho tutelares utilizou urnas eletrônicas e urnas

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comuni (STIC) deu todo o suporte necessário à realização d

30.10.2023 | 14:10



PAJE atendeu quase 1.900 eleitores em quatro municípios de Roraima

O serviço foi oferecido nas localidades que ficam distantes do cartório eleitoral

29.12.2023 | 11:14



Tribunal Regional Eleitoral Promove Programa de Ambientação e Integração para Novos Servidores

O programa mostra o contexto e a relevância do trabalho desenvolvido pela instituição

28.08.2023 | 11:08



Mais de 5 mil eleitores foram atendidos pela Justiça Eleitoral Itinerante em 2023

Foram oferecidos serviços como 1º título, transferência de domicílio, revisão de dados, 2ª via do documento entre outros

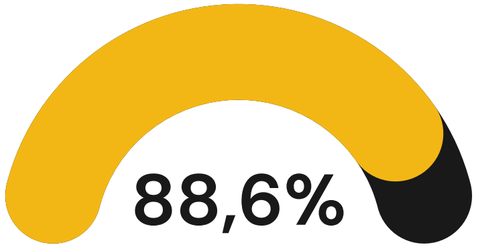
29.12.2023 | 11:40

3.6 Resultados Institucionais

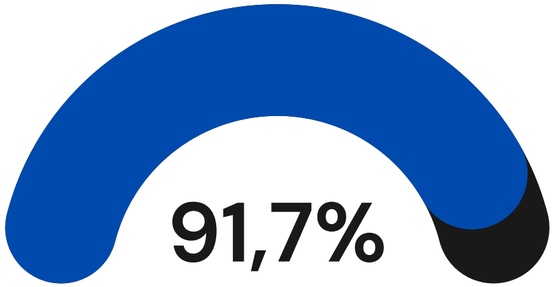
TRE-RR - 5ºLUGAR DE PODER JUDICIÁRO E 5º LUGAR DA JUSTIÇA ELEITORAL COM PERCENTUAL DE 96,43% DE CUMPRIMENTO



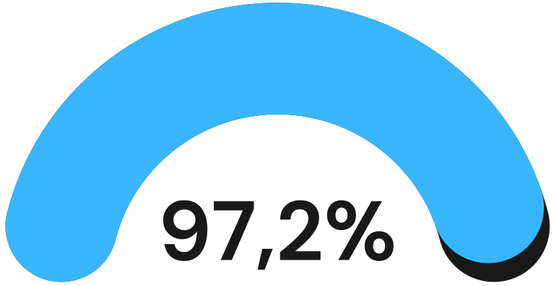
Governança



Transparência



Produtividade

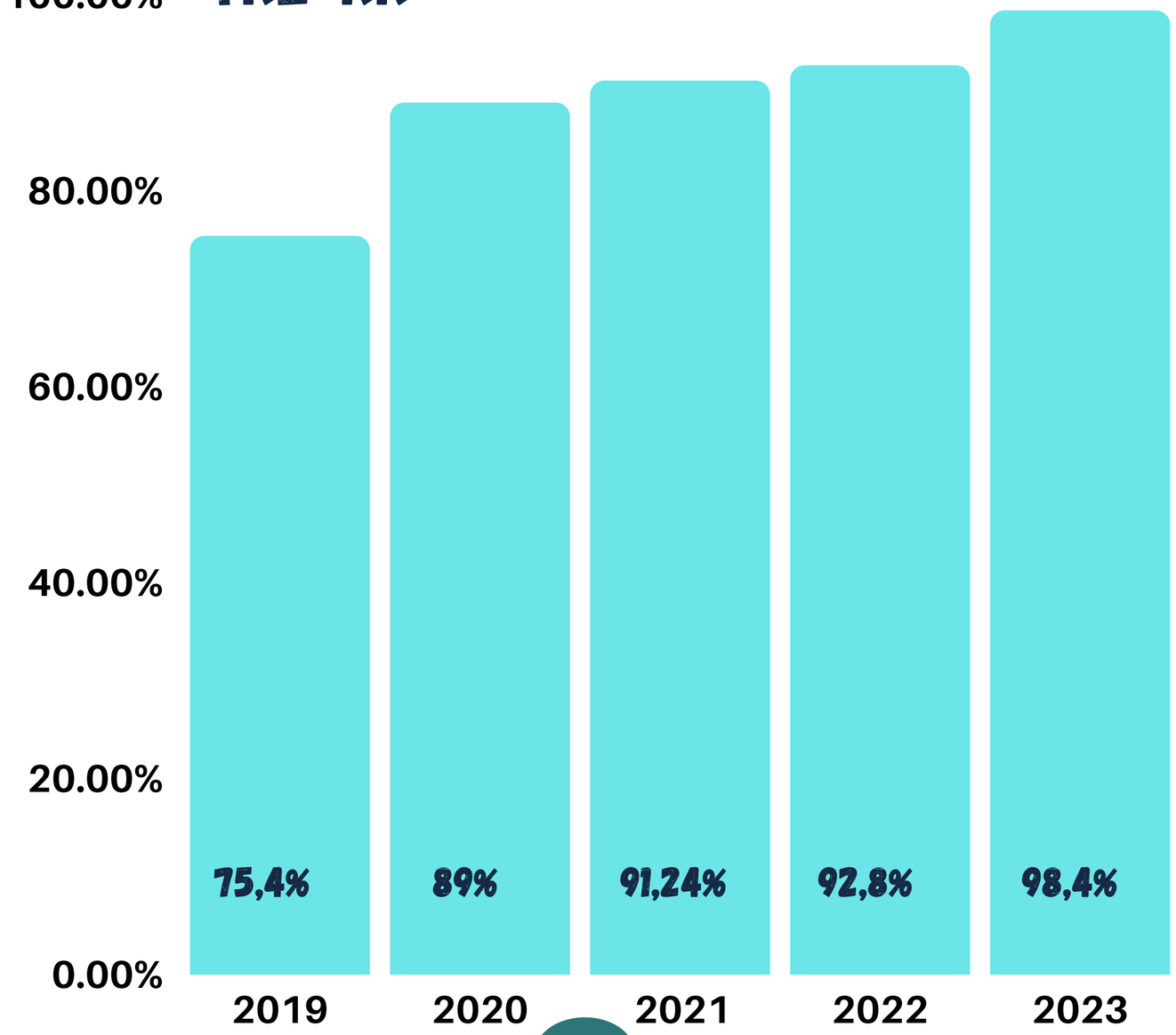


Dados e Tecnologia



RANKING DA TRANSPARÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO

TRE-RR



3.7 Sustentabilidade Ambiental

Para fomentar ações do uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, reduzindo o impacto de suas atividades, o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima criou o Núcleo Socioambiental, com a missão de fomentar ações ambientalmente sustentáveis.

Assim, em março de 2016, foi instituído o Núcleo Socioambiental (Resolução TRE-RR n. 288/2016), como unidade permanente, vinculado à Presidência.

O novo Regulamento da Secretaria do TRE-RR (Res. n. 510/2023) criou o núcleo de sustentabilidade.

Em 2023, foi criado o painel específico de acompanhamento.



3.8 Laboratório de Inovações

O Laboratório de Inovações do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TREnovar) é destinado a criar condições favoráveis ao desenvolvimento de projetos de inovação, por meio do estabelecimento de um ambiente criativo e colaborativo em que novos conhecimentos possam ser facilmente compartilhados e ideias serem desenvolvidas.

Ferramentas Utilizadas:

Mapa do Stakeholder, Personas, Mapa de Empatia, Brainstorming e Matriz de Priorização.

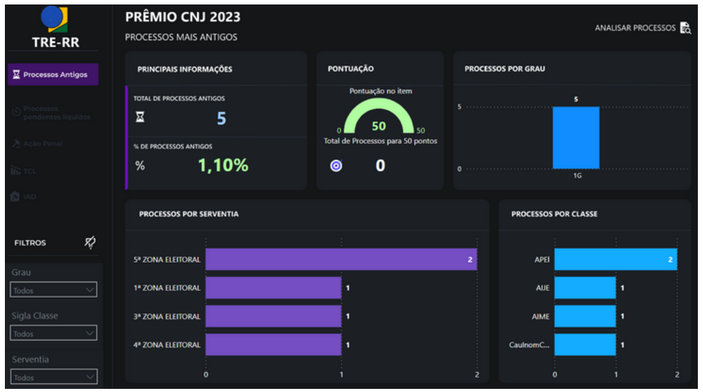
O TREnovar é vinculado à Presidência, coordenado pela Assessoria de Planejamento (ASPLAN) e operacionalizado pelos laboratoristas designados em Portaria específica (Portaria TRE-RR n. 277/2023).

Em 2023, foram criados painéis específicos de acompanhamento, por meio da utilização da plataforma Power BI (business intelligence).

LABORATÓRIO DE INOVAÇÕES
TREnovar

- Comissões e Comitês
- Ranking da Transparência
- Prêmio Qualidade CNJ
- Indicadores CNJ - Prêmio
- Metas 1º e 2º Graus
- Indicadores Socioambiental





3.9 Ações na Área de Gestão de Pessoas

3.9.1 Recrutamento e Seleção

Até 31 de Dezembro de 2022, o TRE-RR contava com 145 servidores, considerando efetivos, requisitados, cedidos e exclusivamente comissionados. Em seu quadro, o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima contava, também, com 9 estagiários e 21 colaboradores terceirizados no referido ano, totalizando 175 pessoas compondo seu quadro de pessoal e auxiliar.

O reduzido quadro de pessoal foi constantemente abordado como um grande desafio para o desenvolvimento da instituição, motivo pelo qual a Gestão 2023-2025 buscou meios de solucionar a escassez de pessoal, aumentando o quadro em 23,44%.

O número total de servidores ativos, em exercício no TRE-RR, saiu de 145, em 2022, para 179 servidores, em 2023, em decorrência das seguintes ações realizadas pela atual gestão:

I - Redistribuição/Aproveitamento de Cargos

Para os casos dos servidores do TRE-RR que deixaram a instituição por motivos diversos, como a aprovação em outros concursos públicos, e na falta de concurso vigente ou em andamento na instituição, foram empossados novos servidores por meio de redistribuição e/ou aproveitamento da lista de aprovados em concurso público do Judiciário Federal.

Essa iniciativa foi inédita e de maior relevância e contribuição para o aumento significativo do Quadro de Pessoal e Auxiliar do TRE-RR em 2023. A partir de março de 2023, foram abertas vagas para os servidores do ex-território interessados em atuar na Justiça Eleitoral de Roraima, por meio de um processo seletivo inicial.

Foram disponibilizadas vagas em todas as unidades, desde o Tribunal até as zonas eleitorais de Boa Vista e do Interior do Estado de Roraima, e o resultado foi um acréscimo de 48 servidores do ex-território atuando no TRE-RR.

II. Estagiários

Um novo contrato de estagiários foi planejado e realizado para garantir um aumento, também, no número de estagiários em atuação na Justiça Eleitoral de Roraima. No fim de 2022, havia 10 estagiários, limite máximo da contratação da época.

Atualmente, existem 21 estagiários em atuação em todo TRE-RR, incluindo as zonas eleitorais de Boa Vista e do Interior do Estado de Roraima, e há, ainda, no contrato, a possibilidade de contratação de mais 19 estagiários, totalizando 40 estagiários, dependendo da demanda e solicitação.

3.9.2 Ambientação de Novos Servidores

Com o ingresso de diversos novos servidores e estagiários, foi elaborado um Programa de Ambientação de Novos Servidores, com sua primeira etapa realizada entre 30 de agosto e 01 de setembro de 2023.

Um programa de ambientação é o processo por meio do qual novos servidores aprendem valores, normas, procedimentos, benefícios, a cultura do órgão e os principais conhecimentos necessários para funcionar eficazmente dentro daquele órgão ou organização.

A ambientação minimiza a ansiedade do novo servidor, alinha as expectativas pessoais a do órgão e estabelece, desde o início, uma relação de confiança mútua. Outrossim, a ambientação cria um canal de comunicação seguro, permitindo que o novo integrante sinta-se à vontade para fazer perguntas e esclarecer suas dúvidas iniciais relacionadas ao ambiente em que está sendo inserido.

Nas palestras realizadas durante e ambientação de 2023 foram abordados temas como: apresentação das funções administrativas e judiciais do TRE, história do TRE-RR, critérios de pontuação do Prêmio CNJ de Qualidade, controles interno e externo, funções das secretarias de Administração, de Gestão de Pessoas, Judiciária e de Tecnologia da Informação e Comunicação, além das funções dos cartórios eleitorais e Corregedoria Regional Eleitoral.

3.9.3 Saúde e Qualidade de Vida

Após muitas reclamações do Plano de Saúde Complementar da Unimed FAMA, como a falta de médicos e laboratórios credenciados, demora no atendimento, dificuldade em autorizar procedimentos, dentre outros, o TRE-RR uniu-se ao Ministério Público Estadual de Roraima – MPE/RR, à Defensoria Pública do Estado de Roraima – DPE/RR e ao Tribunal de Contas do Estado de Roraima para realizar contratação com a GEAP Saúde para plano de saúde complementar.

A migração ocorreu a partir de fevereiro de 2023 e melhorou sobremaneira a cobertura da assistência à saúde de servidores e magistrados do TRE-RR. A instituição expandiu a disponibilidade de adesão ao plano de saúde aos cedidos (ingressantes recentes), a partir do mês de junho de 2023, e aos servidores do ex-território, a partir de setembro de 2023.

3.9.4 Ações de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho

O ano de 2023 foi marcado por ações mensais de saúde, voltadas para a educação e informações relacionadas à atenção à saúde e à prevenção de doenças. Um calendário de datas comemorativas e alusivas foi estabelecido, e, a partir de então, foram realizadas ações de comunicação, palestras, consultas, atendimentos, integração social, ambientação, dentre outras.

O Projeto Bem-Estar TRE-RR foi instituído como um programa de inovação para compor a lista de projetos de inovação do CNJ, haja vista ter sido indicado, após oficina de Design Thinking do TRENOVAR - Laboratório de Inovação do TRE-RR - como o principal desafio a ser trabalhado pela instituição (SEI n. 0001439-54.2023.6.23.8000, mais informações no SITE do TRENOVAR: https://www.tre-rr.jus.br/institucional/laboratorio-de-inovacoes).

A seguir a lista das ações, bem como as respectivas evidências do Programa Bem-Estar TRE-RR:

Abril
Dia Nacional de Prevenção e combate à Hipertensão Arterial
https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Abril/servidores-participam-de-evento-em-alusao-ao-dia-nacional-de-prevencao-e-combate-a-hipertensao-arterial?SearchableText=sa%C3%BAde
SEI 0000916-42.2023.6.23.8000
Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo
https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Abril/2-de-abril-dia-mundial-de-conscientizacao-sobre-o-autismo-1?SearchableText=sa%C3%BAde
Maio
Dia das Mães
https://flic.kr/s/aHBqjADrSB
https://www.instagram.com/reel/CsJfuHUgv4o/?utm_source=ig_web_copy_link
https://www.instagram.com/reel/CsQ-iHrAS_x/?utm_source=ig_web_copy_link
Dia Internacional da Família
https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Maio/dia-internacional-da-familia?SearchableText=sa%C3%BAde
Dia Internacional contra a Homofobia

Dia Mundial sem Tabaco
https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Maio/31-de-maio-dia-mundial-sem-tabaco?SearchableText=sa%C3%BAde
Dia Nacional de Combate ao Glaucoma
https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Maio/26-5-dia-nacional-de-combate-ao-glaucoma?SearchableText=sa%C3%BAde

Junho

Junho Vermelho – Alusivo a Doação de Sangue
https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/junho-vermelho?SearchableText=sa%C3%BAde
Junho Laranja - Alusivo a Conscientização da Anemia e da Leucemia
https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/junho-laranja?SearchableText=sa%C3%BAde
Dia Mundial do Doador de Sangue
https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/14-6-2013-dia-mundial-do-doador-de-sangue?SearchableText=sa%C3%BAde
Dia Mundial da Violência Contra a Pessoa Idosa
https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/15-de-junho-dia-mundial-de-conscientizacao-da-violencia-contra-a-pessoa-idosa?SearchableText=sa%C3%BAde
Dia Mundial da Imunização
https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Junho/9-de-junho-2013-hoje-e-o-dia-mundial-da-imunizacao?SearchableText=sa%C3%BAde
Arraial do TRE-RR

Julho

Julho Amarelo – Alusivo a Luta contra as Hepatites Virais
https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Julho/201cjulho-amarelo201d-mes-de-luta-contra-as-hepatites-virais?SearchableText=sa%C3%BAde
Dia D de Vacinação no TRE-RR - Atualização das carteiras de vacinação
https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Julho/dia-d-de-vacinacao-07-07-2023?SearchableText=sa%C3%BAde
https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Julho/projeto-tre-rr-bem-estar-promove-o-dia-d-de-vacinacao?SearchableText=sa%C3%BAde
SEI 0001190-06.2023.6.23.8000
Palestra Alimentação Saudável e Qualidade de Vida com a Médica Nutróloga Dra. Natalia Sousa
https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Julho/palestra-alimentacao-saudavel-e-qualidade-de-vida?SearchableText=sa%C3%BAde
SEI 0001322-63.2023.6.23.8000

Agosto

Dia Nacional de Combate ao Colesterol
https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Agosto/8-de-agosto-dia-mundial-de-combate-ao-colesterol?SearchableText=sa%C3%BAde
Dia dos pais
https://www.instagram.com/reel/Cv-PbHOgAvr/?utm_source=ig_web_copy_link

Setembro

Setembro Amarelo – Alusivo ao Combate ao Suicídio

https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Setembro/o-tribunal-regional-eleitoral-de-roraima-2013-tre-rr-promove-atividade-em-alusao-ao-setembro-amarelo?SearchableText=sa%C3%BAde

SEI 0001788-57.2023.6.23.8000

Outubro

Cuidando do Servidor – Parceria com a Escola de Governo e com a Estácio - Palestra, exames, serviços públicos e de saúde

https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Julho/tribunal-regional-eleitoral-de-roraima-firma-parceria-com-a-faculdade-estacio?SearchableText=sa%C3%BAde

https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Outubro/tre-rr-investe-no-cuidado-a-saude-fisica-e-mental-de-seus-magistrados-e-servidores

SEI 0001606-71.2023.6.23.8000

Saúde Mental

https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Outubro/saude-mental?SearchableText=sa%C3%BAde

Dia Nacional de Vacinação

https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Outubro/dia-da-vacinacao-17-de-outubro?SearchableText=sa%C3%BAde

Dia do servidor e Outubro Rosa – Palestra e serviços de saúde e de beleza

https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Outubro/tre-rr-promove-acao-em-comemoracao-ao-dia-do-servidor?SearchableText=sa%C3%BAde

SEI 002150-59.2023.6.23.8000

Novembro
Novembro Azul – Alusivo a saúde do homem
https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Novembro/novembro-azul-2013-mes-de-conscientizacao-sobre-a-saude-do-homem?SearchableText=sa%C3%BAde
https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Novembro/tre-rr-promoveu-acao-em-alusao-ao-novembro-azul?SearchableText=sa%C3%BAde
SEI 002271-87.2023.6.23.8000
Dia Mundial de Combate ao Câncer de Próstata
https://www.tre-rr.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Novembro/17-de-novembro-dia-mundial-de-combate-ao-cancer-de-prostata?SearchableText=sa%C3%BAde

3.9.5 Formação da Equipe de Saúde

A partir da nova gestão foi priorizada a formação de uma equipe de saúde com o escopo atingir, com a maior brevidade possível, os objetivos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, por meio da Resolução CNJ n. 207/2015, a qual instituiu a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.

Com efeito, ante o incremento da equipe de saúde, a atual gestão propiciou o estabelecimento de diretrizes, estratégias e parâmetros para a implementação, em caráter permanente, de programas, projetos e ações institucionais voltados à promoção e à preservação da saúde física e mental de magistrados e servidores, como bem estabelece o normativo acima mencionado.

3.9.6 Melhoria no Sistema de Diárias e Passagens

Buscando aprimorar o controle e a disponibilização de diárias e passagens do TRE-RR, a Gestão 2023-2025 aderiu ao Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP do Governo Federal.

O novo sistema trouxe maior agilidade à realização das atividades relacionadas, pois anteriormente eram necessários dois sistemas distintos para o mesmo propósito. Ademais, o SCDP trouxe ao processo de concessão de diárias e passagens maior possibilidade de controle e transparência, o qual foi regulamentado pela Portaria n. 479/2023.

3.10 Gestão de Licitações e Contratos

Durante o exercício de 2023, as contratações foram realizadas, principalmente, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021, que estabeleceu normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública direta, autárquica e fundacional da União, estados, Distrito Federal e municípios.

A gestão de contratos do TRE-RR vem se aperfeiçoando ao longo dos anos com a atualização e maior rigor de ações que objetivam a prevenção e/ou correção de falhas durante a execução contratual, o que se fortalece com a efetiva participação dos fiscais mediante comunicação regular com a unidade gestora, e com o registro de informações nos processos de ocorrências destinados às anotações das situações que caracterizam desconformidades, bem como notificações formais às empresas contratadas de modo a fornecer subsídios suficientes para aplicação de sanções, quando necessárias. Abaixo, seguem as contratações mais relevantes realizadas no ano de 2023:

Tipo de serviço/Material	Serviço/Material	Valor anual	Unidade favorecida
Energia elétrica	Energia elétrica	R$ 460.151,67	Sede do TRE/RR e Zonas Eleitorais
Água e esgoto	Água e esgoto	R$ 13.811,44	Sede do TRE/RR e Zonas Eleitorais
Limpeza e conservação	Limpeza e conservação	R$ 394.896,98	Sede do TRE/RR e Zonas Eleitorais
	Controle de pragas	R$ 64.486,04	Sede do TRE/RR e Zonas Eleitorais
Manutenção predial	Manutenção centrais de ar	R$ 100.000,00	Sede do TRE/RR e Zonas Eleitorais
	Serviço de eletricista	R$ 188.914,11	Sede do TRE/RR e Zonas Eleitorais
	Recarga de extintores	R$ 10.130,00	Sede do TRE/RR e Zonas Eleitorais
Vigilância	Vigilância ostensiva	R$ 317.089,61	Sede do TRE/RR e Zonas Eleitorais
Condução de veículos	Condução de veículos	R$ 95.761,80	Sede do TRE/RR e Zonas Eleitorais
Assinatura de periódicos	Assinatura de periódicos	R$ 33.655,69	Sede do TRE/RR e Zonas Eleitorais
Combustível	Combustível – Gasolina e Diesel	R$ 124.370,41	Sede do TRE/RR e Zonas Eleitorais
Telefonia	Telefonia fixa	R$ 12.600,00	Sede do TRE/RR e Zonas Eleitorais
Material de expediente	Materiais de expediente diversos	R$ 1.422,90	Sede do TRE/RR e Zonas Eleitorais
Equipamentos de Tecnologia da Informação	Materiais de TIC	R$ 3.196.460,50	Sede do TRE/RR e Zonas Eleitorais
Soluções de Tecnologia da Informação	Soluções, serviços e softwares	R$ 10.837.572,64	Sede do TRE/RR e Zonas Eleitorais
Seguros	Seguro de veículos	R$ 78.109,62	Sede do TRE/RR e Zonas Eleitorais

3.10.1 Contratações Diretas (Dispensas/Inexigibilidades)

Diante da praticidade que reveste a contratação direta e balizado nas normas autorizadoras presentes no ordenamento jurídico, o TRE-RR formalizou diversas contratações diretas, conforme evidenciado no quadro abaixo:

Contratação direta	Objeto	Fundamentação legal	Justificativa
Dispensa/2023	Filmagem, edição, transcrição e gravação das audiências de inquirição de testemunhas	Art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021	Frequentemente o Tribunal necessita realizar audiência de inquirição de testemunhas, sobretudo nos processos de AIME, AIJE, Representações Especiais e nas Ações Penais
Dispensa/2023	Contratação de serviços de limpeza do terreno pertencente ao Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	Art. 72, VIII, da Lei n. 14.133/2021, c/c art. 70, XXIII, do Regulamento da Secretaria do TRE-RR	A contratação dos serviços de limpeza do terreno é de suma importância para manter a preservação do bem público, evitando proliferação de vetores transmissores de doenças
Dispensa/2023	Prestação dos serviços de manutenção e recarga de extintores	Art. 75, inciso II, da Lei n. 14.133/2021	A contratação visa manter parte do sistema de prevenção contra incêndio em perfeito estado de utilização, aptos para serem usados no combate ao princípio de incêndio, de maneira segura e eficaz
Dispensa/2023	Aquisição de Certificado digital do tipo A1 e-CNPJ.	Art. 72, VIII, da Lei n. 14.133/2021, c/c art. 70, XXIII, do Regulamento da Secretaria do TRE-RR	Necessidade de atendimento da prestação de informações ao Governo Federal no E-Social na Justiça Eleitoral

Inexigibilidade/2023	Curso on-line, teórico e prático de Gestão por Processos.	Art. 74, inciso III, alínea "f", c/c art. 6, XVIII, alínea "f", da Lei n. 14.133/2021	A contratação justifica-se em razão da necessidade permanente de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores do TRE-RR
Inexigibilidade/2023	Manutenção automotiva	art. 74, inciso I, da Lei n. 14.133/2021	A contratação justifica-se em razão da necessidade da manutenção automotiva dos veículos do TRE-RR
Inexigibilidade/2023	Curso telepresencial sobre Noções de Direito Eleitoral	Art. 74, inciso III, alínea f, c/c art. 6, XVIII, alínea f, da Lei n. 14.133/2021	A contratação justifica-se em razão da necessidade permanente de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores do TRE-RR
Inexigibilidade/2023	Curso SIAFI: Execução Orçamentária e Financeira, in Company	Art. 74, III, 'f', c/c art. 6.º, XVIII, alínea 'f', da Lei n. 14.133/2021	A contratação justifica-se em razão da necessidade permanente de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores do TRE-RR
Inexigibilidade/2023	Participação de 1 (um) servidor no 7.º Congresso Brasileiro de Governança, Controle Público e Gestão de Riscos nas Aquisições.	Art. 74, III, 'f', c/c art. 6.º, XVIII, alínea 'f', da Lei n. 14.133/2021	A contratação justifica-se em razão da necessidade permanente de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores do TRE-RR
Inexigibilidade/2023	Curso "Tesouro Gerencial para iniciantes"	*Art. 74, III, 'f', c/c art. 6.º, XVIII, alínea 'f', da Lei n. 14.133/2021*	A contratação justifica-se em razão da necessidade permanente de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores do TRE-RR

Inexigibilidade/2023	Curso Formação de Formadores, Nível 1, Módulo 3.	art. 74, III, 'f', c/c art. 6.º, XVIII, alínea 'f', da Lei n. 14.133/2021	A contratação justifica-se em razão da necessidade permanente de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores do TRE-RR
Inexigibilidade/2023	Licenças - Plataforma eletrônica Alura para empresas - Plano Corp.	Art. 74, III, 'f', c/c art. 6.º, XVIII, alínea 'f', da Lei n. 14.133/2021	A contratação justifica-se em razão da necessidade permanente de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores do TRE-RR
Inexigibilidade/2023	Contratação de prestação de serviço não continuada de reciclagem anual dos agentes de segurança do TRE-RR.	Art. 74, III, 'f', c/c art. 6.º, XVIII, alínea 'f', da Lei n. 14.133/2021	O TRE-RR tem a necessidade de oferecer o Programa de Reciclagem Anual aos Policiais Judiciais lotados neste regional, em atenção à Lei Federal n. 11.416/2006, à Resolução n. 22.595/2007, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e à Resolução nº 490/2022 do TRE-RR, que instituiu a Polícia Judicial deste regional.
Inexigibilidade/2023	Contratação de oficina online sobre comunicação acessível e inclusiva.	Art. 74, III, 'f', c/c art. 6.º, XVIII, alínea 'f', da Lei n. 14.133/2021	A contratação justifica-se em razão da necessidade permanente de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores do TRE-RR
Inexigibilidade/2023	Curso Imersão Prática na Lei n. 14.133/21: Construindo Regulamentos Eficientes para Licitações na prática	Art. 74, III, 'f', c/c art. 6.º, XVIII, alínea 'f', da Lei n. 14.133/2021	A contratação justifica-se em razão da necessidade permanente de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores do TRE-RR
Inexigibilidade/2023	Plataforma eletrônica Jusbrasil - Pacote Corporativo - Plano: Pesquisa Jurídica Avançada	Art. 74, III, 'c', c/c art. 6.º, XVIII, alínea 'c', da Lei n. 14.133/2021	O Jusbrasil é uma plataforma com conteúdos e demais ativos de propriedade intelectual que fornece ferramentas para auxiliar e dinamizar o acesso a conteúdo jurídico e oferece os serviços de consulta, cópia e o download de jurisprudências.
Inexigibilidade/2023	Contratação de implementação do omni channel	Art. 74, I, da Lei n. 14.133/2021	A atual gestão da Justiça Eleitoral de Roraima definiu como estratégico o projeto do Serviço de Atendimento Virtual ao Eleitor, cuja implantação de ferramenta de comunicação com grande penetração na sociedade, é condição sine qua non para o sucesso;

Inexigibilidade/2023	Curso sobre os sistemas SPED, e-Social, EFD-Reinf e DCTFWeb com enfoque na EFD-Reinf dos eventos da Série R-4000, obrigatórios a partir de março de 2023.	Artigo 25, II, c/c artigo 13, VI, ambos da Lei n. 8.666/1993	A contratação justifica-se em razão da necessidade permanente de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores do TRE-RR
Inexigibilidade/2023	Serviço educacional, presencial, para atuação em co-docência no Curso de Formação de Formadores, Nível 1, Módulo 1	Art. 74, inciso III, alínea "f", c/c art. 6, XVIII, alínea "f", da Lei n. 14.133/2021	A contratação justifica-se em razão da necessidade permanente de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores do TRE-RR
Inexigibilidade/2023	Curso: presencial, teórico e prático de compras públicas eletrônicas, incluindo contratação direta, com base na Lei n. 14.133/2021	Art. 74, inciso III, alínea "f", c/c art. 6, XVIII, alínea "f", da Lei n. 14.133/2021	A contratação justifica-se em razão da necessidade permanente de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores do TRE-RR
Inexigibilidade/2023	Curso à distância em análise de prestação de contas de campanha eleitoral	art. 74, inciso III, alínea "f", c/c art. 6, XVIII, alínea "f", da Lei n. 14.133/2021	A contratação justifica-se em razão da necessidade permanente de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores do TRE-RR
Inexigibilidade/2023	Curso presencial, teórico e prático de Gestão por Processos	Art. 74, inciso III, alínea "f", c/c art. 6, XVIII, alínea "f", da Lei n. 14.133/2021	A contratação justifica-se em razão da necessidade permanente de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores do TRE-RR
Inexigibilidade/2023	Curso de Administração de Banco de Dados (Presencial). Nível intermediário. 40h	Art. 74, inciso III, alínea "f", c/c art. 6, XVIII, alínea "f", da Lei n. 14.133/2021	A contratação justifica-se em razão da necessidade permanente de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores do TRE-RR
Inexigibilidade/2023	Serviço educacional, online, síncrono e assíncrono para a ministração do Curso de Formação de Formadores, Nível 1, Módulo 2.	Art. 74, inciso III, alínea "f", c/c art. 6, XVIII, alínea "f", da Lei n. 14.133/2021	A contratação justifica-se em razão da necessidade permanente de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores do TRE-RR

Inexigibilidade/2023	Curso, presencial intitulado "eSocial para Órgãos Públicos: Implantação passo a passo, com ênfase na implantação da 4 ª fase – Eventos SST"	Art. 74, inciso III, alínea "f", c/c art. 6, XVIII, alínea "f", da Lei n. 14.133/2021	A contratação justifica-se em razão da necessidade permanente de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores do TRE-RR
Inexigibilidade/2023	Curso da nova versão do Compras Contratos – Gestão de Contratos, com base na Lei n. 14.133/2021, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.	Art. 74, inciso III, alínea "f", c/c art. 6, XVIII, alínea "f", da Lei n. 14.133/2021	A contratação justifica-se em razão da necessidade permanente de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores do TRE-RR
Inexigibilidade/2023	Curso de Orquestração de containers com Kubernetes EAD (ADS19)	Art. 74, inciso III, alínea "f", c/c art. 6, XVIII, alínea "f", da Lei n. 14.133/2021	A contratação justifica-se em razão da necessidade de preparar os servidores desta Corte para desenvolver competências realizar aplicações de baseline de segurança, com foco em Hardening do sistema operacional linux; colocar um servidor Linux em produção, utilizando boas práticas de segurança
Inexigibilidade/2023	Participação em evento presencial de segurança cibernética, Cyber Security Summit 2023, com base na Lei n. 14.133/2021.	Art. 74, inciso III, alínea "f", c/c art. 6, XVIII, alínea "f", da Lei n. 14.133/2021.	A contratação justifica-se em razão da necessidade de preparar os servidores desta Corte para desenvolver competências como parte do processo de maturidade em segurança cibernética, bem como nos processos de gestão da segurança da informação.
Inexigibilidade/2023	Curso de Orquestração de containers com Kubernetes EAD (ADS19)	Art. 74, inciso III, alínea "f", c/c art. 6, XVIII, alínea "f", da Lei n. 14.133/2021.	A contratação justifica-se em razão da necessidade de preparar os servidores desta Corte para utilizar uma das tecnologias mais em voga no panorama atual de infraestrutura e cloud computing, sendo o sistema de orquestração de containers Kubernetes uma peça-chave no portfólio.
Inexigibilidade/2023	Curso Banco de Dados MySQL/MariaDB	Art. 74, inciso III, alínea "f", c/c art. 6, XVIII, alínea "f", da Lei n. 14.133/2021.	A contratação justifica-se em razão da necessidade de preparar os servidores desta Corte para conhecer a modelagem de banco de dados, além de seu funcionamento, disponibilidade de ferramentas, como usar essas ferramentas, como configurar o servidor de Banco de Dados MariaDB

Inexigibilidade/2023	Curso telepresencial sobre Financiamento de Campanha e Prestação de Contas.	Art. 74, inciso III, alínea "f", c/c art. 6, XVIII, alínea "f", da Lei n. 14.133/2021.	A contratação justifica-se em razão da necessidade permanente de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores do TRE-RR
Inexigibilidade/2023	Curso telepresencial sobre Organização Administrativa e Financeira da Campanha e Contabilidade EleitoraL	Art. 74, inciso III, alínea "f", c/c art. 6, XVIII, alínea "f", da Lei n. 14.133/2021.	A contratação justifica-se em razão da necessidade permanente de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores do TRE-RR
Inexigibilidade/2023	Treinamento para a Plataforma de banco de dados da Oracle: "Advanced Security e Data Masking	Art. 74, inciso III, alínea "f", c/c art. 6, XVIII, alínea "f", da Lei n. 14.133/2021	A contratação justifica-se em razão da necessidade de preparar os servidores desta Corte para adquirir conhecimento a respeito da plataforma de banco de dados da Oracle, recentemente contrata pelo tribunal
Inexigibilidade/2023	Cursos "Excel Essencial", "Excel Avançado" e "Power BI Desktop Essencial"	Art. 74, inciso III, alínea "f", c/c art. 6, XVIII, alínea "f", da Lei n. 14.133/2021	A contratação justifica-se em razão da necessidade permanente de capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores do TRE-RR

3.10.2 Principais Desafios Enfrentados, Ações e Perspectivas Futuras

Ainda que a seleção do fornecedor observe rigorosos critérios de habilitação e análise das propostas, e que a gestão de contratos seja efetiva e atuante, o TRE-RR continua enfrentando, ainda que em menor grau, desafios na fase de execução das contratações, em especial com empresas que prestam serviços de locação de mão de obra. São empresas que se revestem de aparente conformidade, com todas as certidões, comprovações e atestados de capacidade técnica exigidos, mas, no entanto, deixam de manter padrões aceitáveis de boa execução, especialmente quanto ao cumprimento de encargos sociais e trabalhistas aos terceirizados, situação que só pode ser constatada durante a execução contratual.

Tendo em vista o cenário acima, a gestão de contratos do TRE-RR vem aperfeiçoando os processos de aplicação de penalidades, buscando agir com mais rigor e celeridade para prevenir as desconformidades que por ventura ocorram, a fim de garantir a melhor prestação de serviço possível por parte das empresas contratadas, e, assim, atingir seus objetivos institucionais.

Por fim, não obstante os desafios enfrentados, o TRE-RR manteve seu processo evolutivo quanto à realização dos procedimentos licitatórios e/ou contratações, tanto na fase inicial, consistente na elaboração dos editais e condução dos processos licitatórios, passando pela fase intermediária (execução contratual), bem assim na conclusão dos contratos, atentando para a lisura dos procedimentos em sua totalidade.

3.11 Gestão de Tecnologia da Informação

Para assegurar a conformidade legal de TIC, o TRE-RR observa e aplica orientações e diretrizes estabelecidas pelo TSE e pelos órgãos de controles, como o TCU e o CNJ. Orienta-se, também, por modelos internacionais de boas práticas relacionadas à governança e gestão de TIC, assim como por normativos internos. As tabelas abaixo contêm uma lista, não exaustiva, desses normativos:

	Normativo	**Descrição**
CNJ	Resolução n. 396/2021 - CNJ	Institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ)
	Resolução n. 182/2013 - CNJ	Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)
	Resolução n. 370/2021 - CNJ	Institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD)
	Resolução n. 331/2020 - CNJ	Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências
	Resolução n. 363/2021 - CNJ	Estabelece medidas para o processo de adequação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais

TRE-RR	Resolução n. 469/2021	Institui o Comitê da Tecnologia da Informação e Comunicação – CGOVTIC
	Resolução n. 469/2021	Institui o Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC
	Portaria n. 410/2023	Institui a Política de Gestão de Riscos do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
	Portaria n. 459/2022 Portaria n. 42.5/2023	Institui a Política de Gestão de Pessoas de TIC no Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
	Portaria n. 404/2023	Estabelece o Processo de Gerenciamento de Incidentes no âmbito da STIC do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
	Portaria n. 49/2023	Institui o Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
	Portaria n. 402/2023 Portaria n. 403/2023	Institui o Processo de Gerenciamento da Disponibilidade e Capacidade no Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
	Portaria n. 406/2023	Institui o Processo de Gerenciamento de Mudanças no Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
	Portaria n. 407/2023	Institui o Processo de Gerenciamento de Problemas no Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
	Portaria n. 410/2023	Institui o Manual do Processo de Gestão de Riscos de TIC no Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
	Portaria n. 406/2023	Institui o Processo de Gerenciamento da Liberação e Implantação no Tribunal Regional Eleitoral de Roraima

TRE-RR	Portaria n. 407/2023	Institui o Processo de Gerenciamento de Problemas no Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
	Portaria n. 410/2023	Institui o Manual do Processo de Gestão de Riscos de TIC no Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
	Portaria n. 406/2023	Institui o Processo de Gerenciamento da Liberação e Implantação no Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
	Portaria n. 404/2023	Institui o Processo de Gerenciamento de Incidente no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
	Portaria n. 326/2019	Institui o Processo de Gestão de Contratos de TIC no Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
	Portaria n. 48/2023	Institui o Protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
	Portaria n. 50/2023	Institui o Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
	Portaria n. 411/2023	Institui o Processo de Gerenciamento de Ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação no Tribunal Regional Eleitoral de Roraima

TCU	Acórdão n. 1603/2008 - TCU	Levantamento de auditoria. Situação da governança de tecnologia da informação - TI na administração pública federal. Ausência de planejamento estratégico institucional. Deficiência na estrutura de pessoal. Tratamento inadequado Confidencialidade, integridade e Disponibilidade das informações.
Leis Federais	Lei n. 8666/1993	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências
	Lei n. 12.527/2011	Lei de Acesso a Informação (LAI)
	Lei n. 13.709/2018	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)
	Decreto n. 9507/2018	Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União

3.11.1 Modelo de Governança de TI

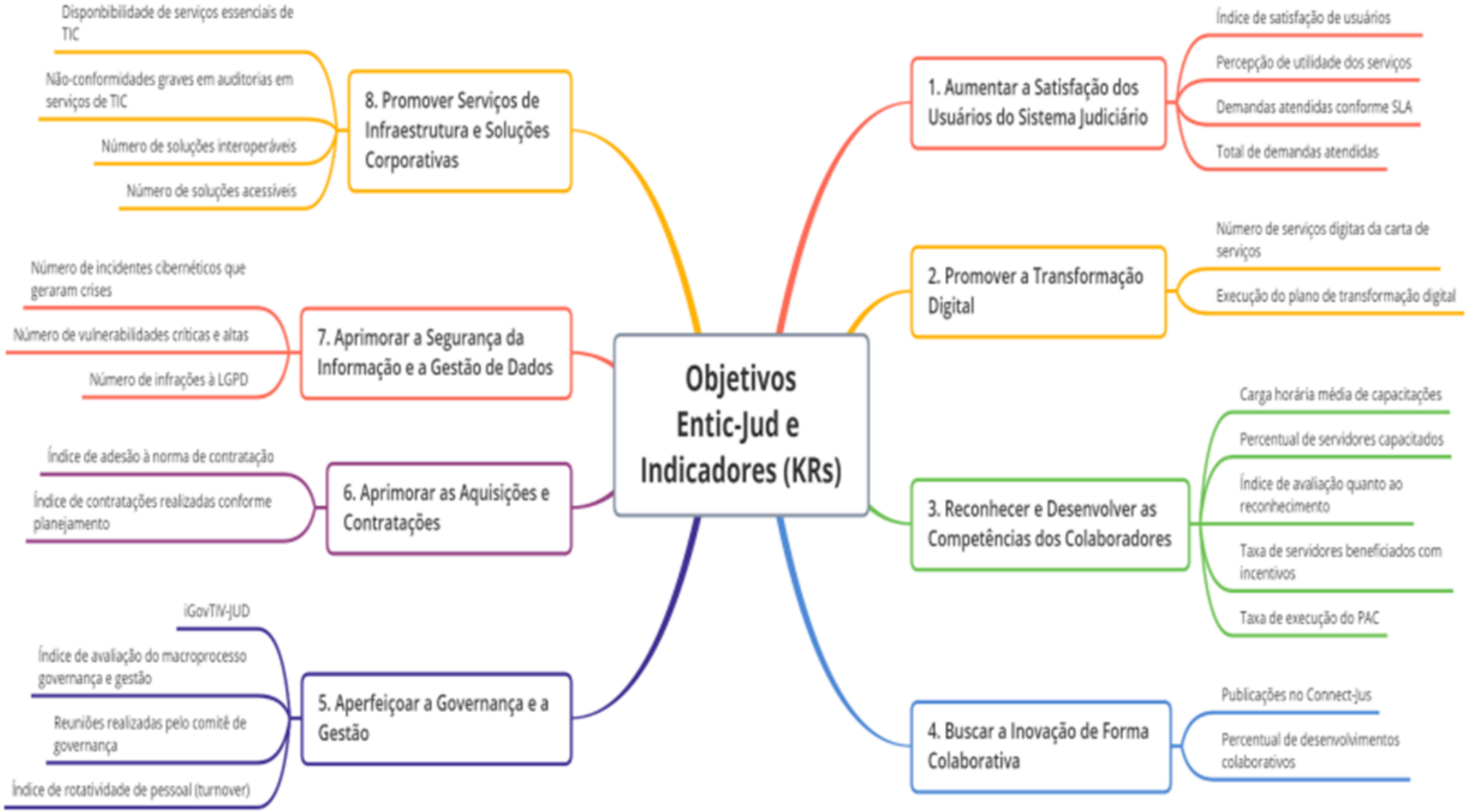
O modelo de governança de TIC do TRE-RR alinha-se às orientações da Resolução n. CNJ 370/2021, e é baseado na Resolução TRE-RR n. 351/2017, que dispõe sobre a Governança de Tecnologia da Informação no TRE-RR. Além disso, foram estabelecidas duas instâncias de Governança e Gestão de TIC. A primeira é o Comitê de Governança de Tecnologia e Comunicação (CGOVTIC), que tem natureza estratégica, e é formada pelo Diretor-Geral, secretários da unidades e representantes da Presidência e da Corregedoria, conforme estabelecido na Resolução TRE-RR n. 469/2021.

A segunda, também regida pela Resolução TRE-RR n. 469/2021, é o Comitê de Gestão de TIC (CGTIC), formado pelo secretário da STIC, bem como os seus coordenadores e o titular da Seção de Gestão e Governança.

O instrumento utilizado para alinhar as iniciativas de TI à estratégia organizacional é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2021-2026, revisado bienalmente, que se vincula ao: PEI do TRE-RR, aos planejamentos estratégicos do Poder Judiciário (CNJ) e da Justiça Eleitoral, com apoio do grupo de trabalho da ENTIC-JUD criado pela portaria do TSE n. 172/2021. A transparência dos atos é assegurada através das publicações realizadas no Portal de Governança de TIC do TRE-RR.

3.11.2 Plano Diretor de Tecnologia da Informação – Indicadores Estratégicos

Com o fim da exigência do Planejamento Estratégico de TIC (PETIC) 2016-2021 e do Plano Diretor de Tecnologia 2020-2021, resolveu-se estabelecer um novo PDTIC (Portaria TRE-RR n. 284/2021) com vigência de 6 anos (2021 a 2026), que passou a contemplar, além dos aspectos táticos, os aspectos estratégicos de tecnologia da informação, dispensando-se, portanto, o desenvolvimento do novo PETIC.

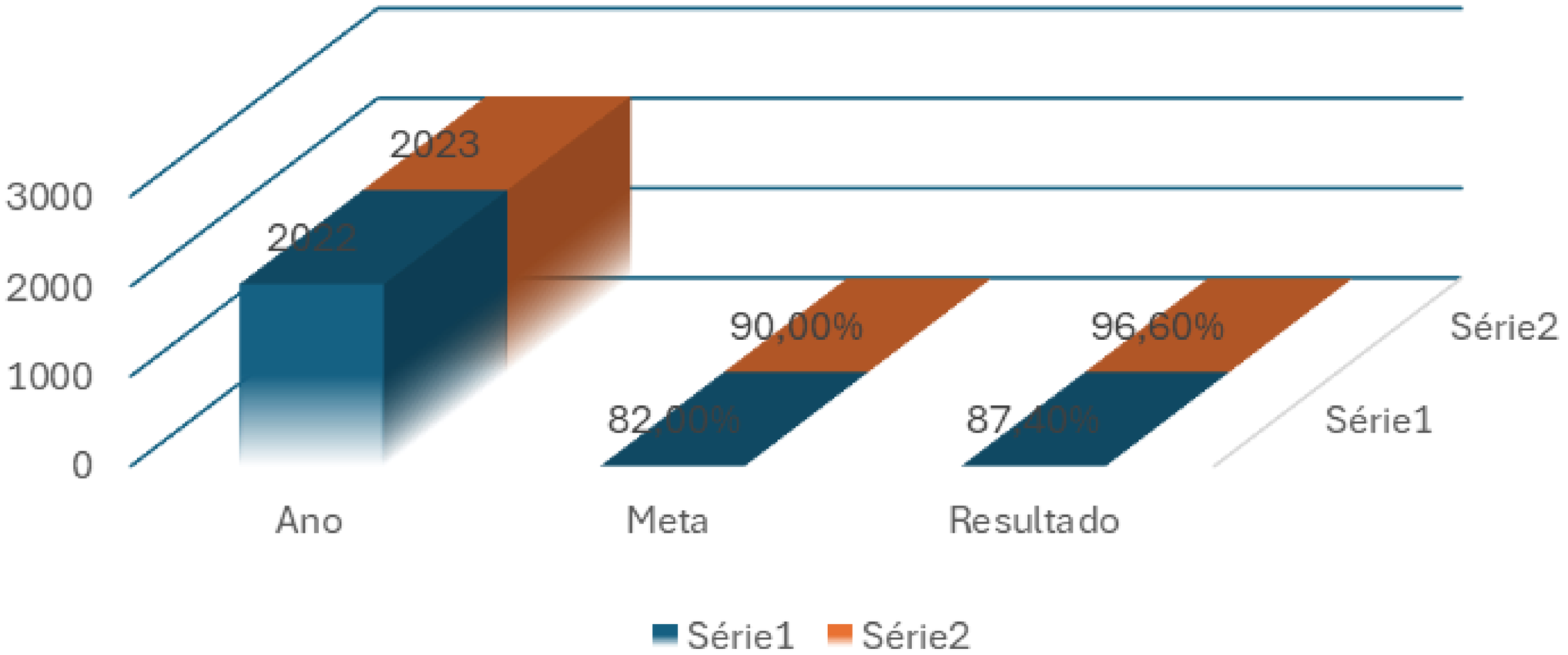

Objetivos Entic-Jud e Indicadores (KRs)
1. Aumentar a Satisfação dos Usuários do Sistema Judiciário
Índice de satisfação de usuários
Percepção de utilidade dos serviços
Demandas atendidas conforme SLA
Total de demandas atendidas
2. Promover a Transformação Digital
Número de serviços digitas da carta de serviços
Execução do plano de transformação digital
3. Reconhecer e Desenvolver as Competências dos Colaboradores
Carga horária média de capacitações
Percentual de servidores capacitados
Índice de avaliação quanto ao reconhecimento
Taxa de servidores beneficiados com incentivos
Taxa de execução do PAC
4. Buscar a Inovação de Forma Colaborativa
Publicações no Connect-Jus
Percentual de desenvolvimentos colaborativos
5. Aperfeiçoar a Governança e a Gestão
iGovTIV-JUD
Índice de avaliação do macroprocesso governança e gestão
Reuniões realizadas pelo comitê de governança
Índice de rotatividade de pessoal (turnover)
6. Aprimorar as Aquisições e Contratações
Índice de adesão à norma de contratação
Índice de contratações realizadas conforme planejamento
7. Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados
Número de incidentes cibernéticos que geraram crises
Número de vulnerabilidades críticas e altas
Número de infrações à LGPD
8. Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas
Disponibilidade de serviços essenciais de TIC
Não-conformidades graves em auditorias em serviços de TIC
Número de soluções interoperáveis
Número de soluções acessíveis

Assim, o PDTIC foi alinhando à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário e foi consolidado com seguintes objetivos estratégicos e indicadores de resultado. Abaixo serão apresentados os resultados atingidos nos indicadores de resultados estabelecidos no PDTIC nos anos de 2022 e 2023.

1. Aumentar o índice de satisfação dos usuários de TIC:

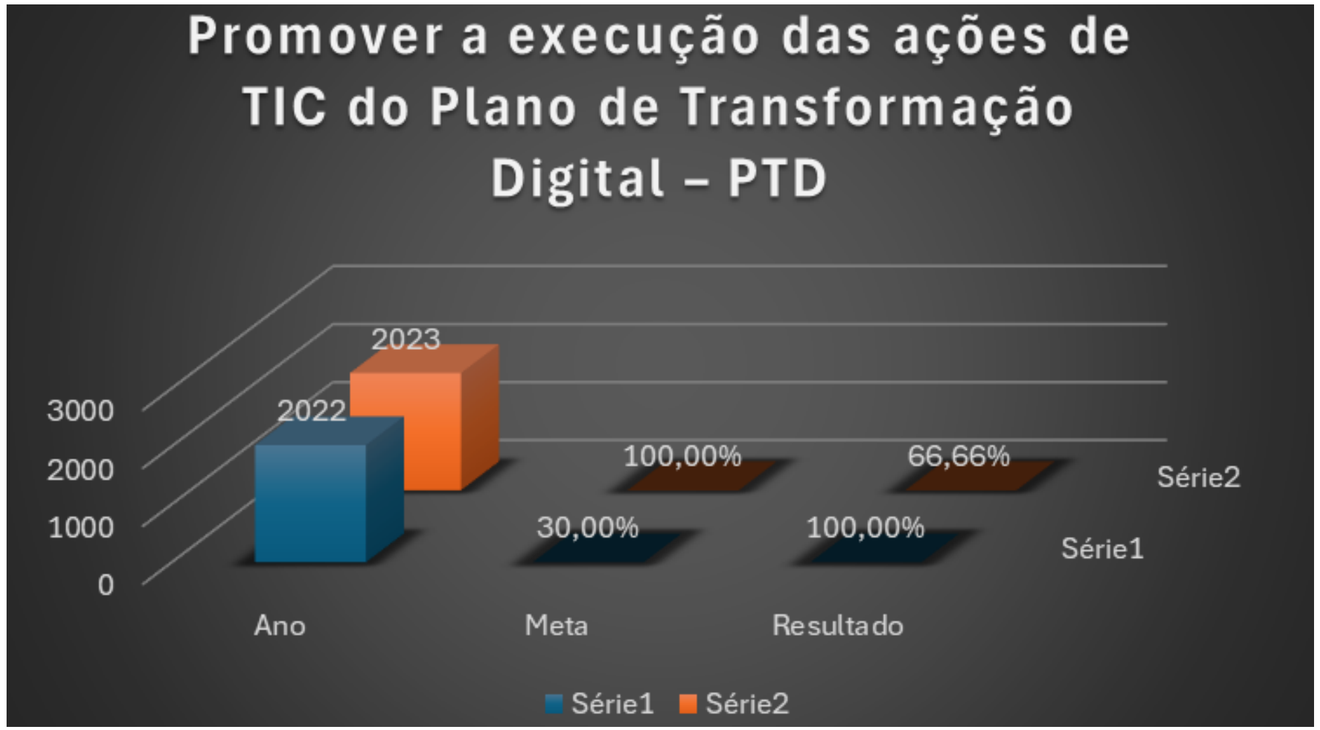
ANO	META	RESULTADO
2022	82%	87,4%
2023	90%	96,6%

ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DE TIC



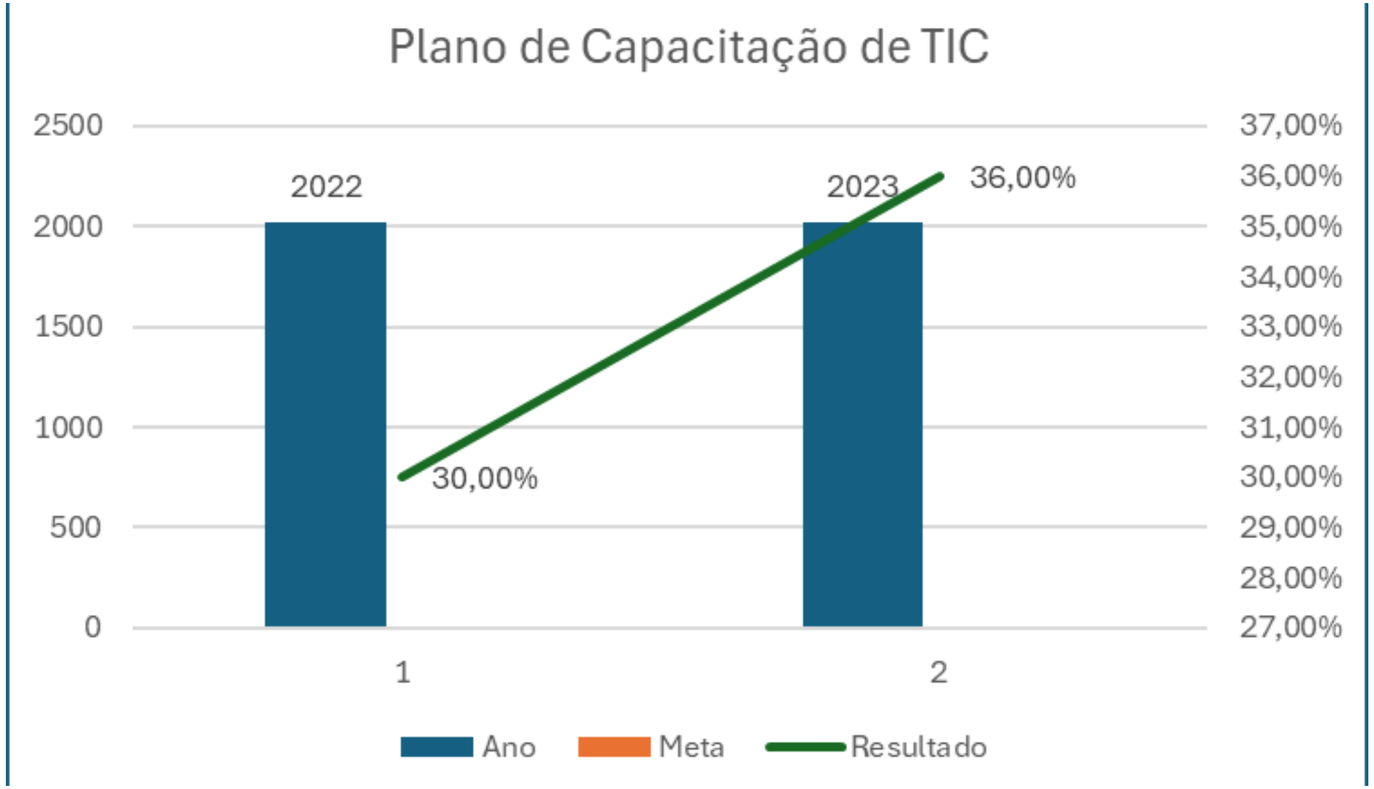
2. Promover a execução das ações de TIC do Plano de Transformação Digital – PTD

ANO	META	RESULTADO
2022	30%	100%
2023	100%	66%



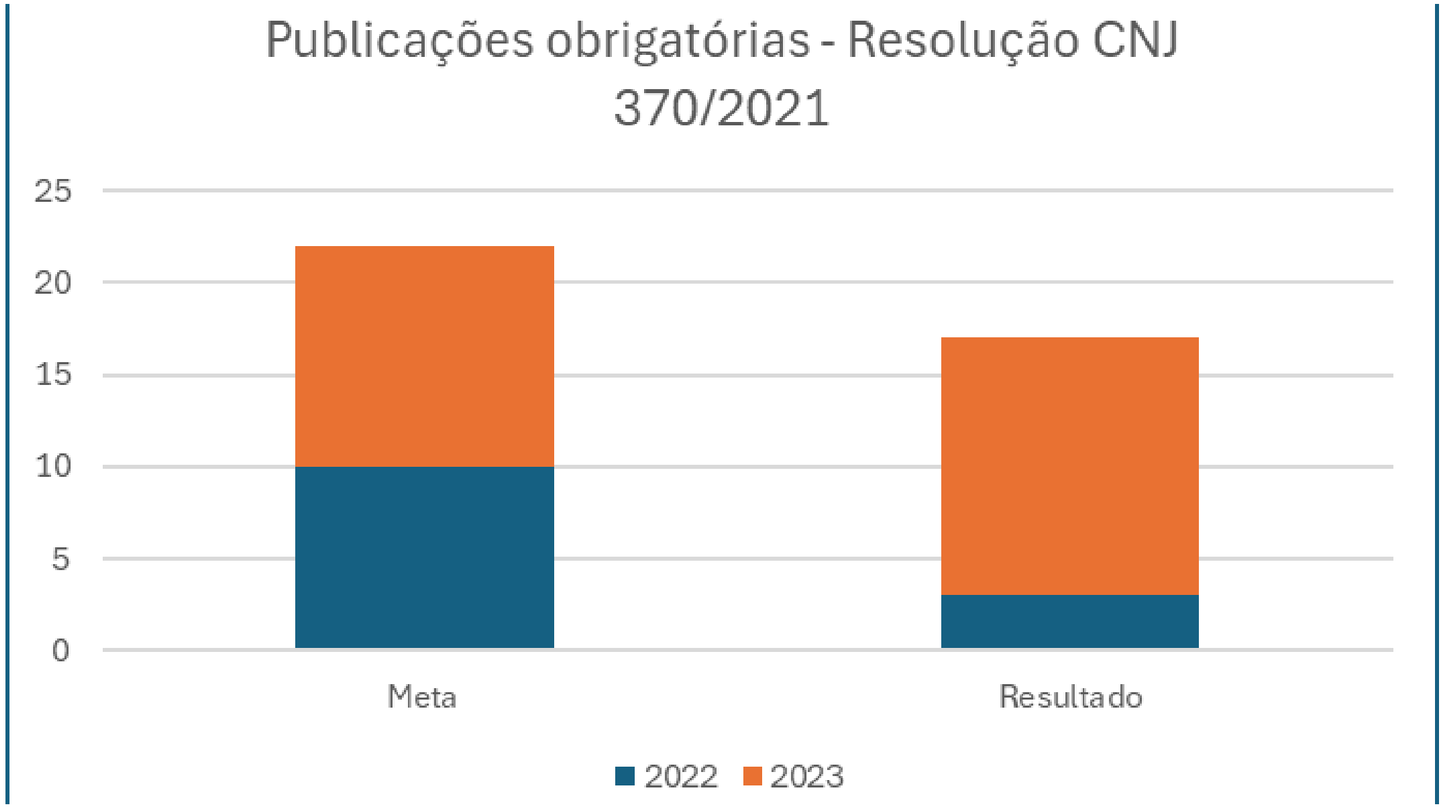
3. Promover a execução do Plano de Capacitação de TIC

ANO	META	RESULTADO
2022	35%	30%
2023	40%	36%



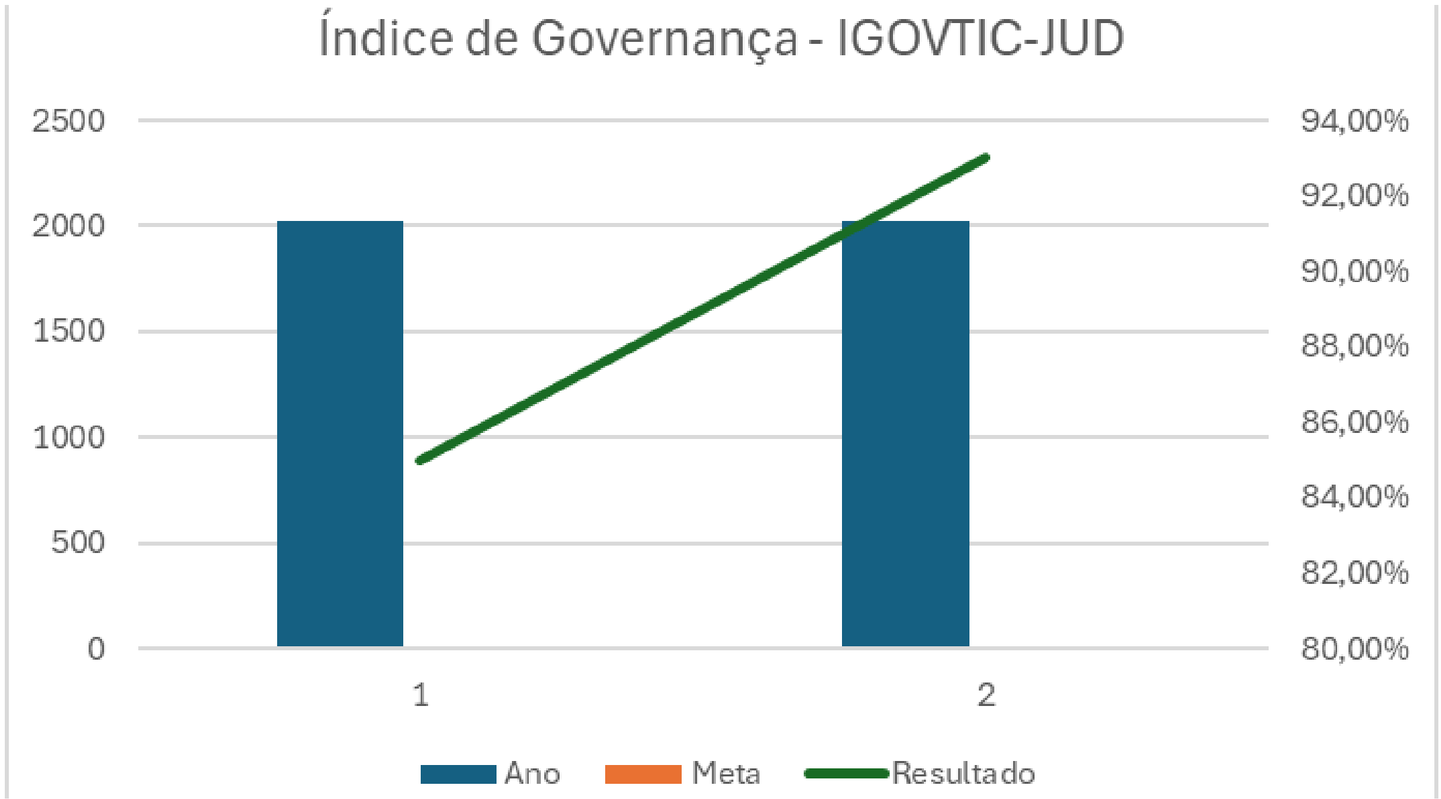
4. Realizar as publicações obrigatórias previstas na Resolução 370/2021 no Portal do Connect-JUS

ANO	META	RESULTADO
2022	10%	3%
2023	12%	14%



5. Aperfeiçoar o índice da avaliação do IGOVTIC-JUD

ANO	META	RESULTADO
2022	0,65	0,85
2023	0,90	0,93



6. Alcançar índice de execução do PDTIC

ANO	META	RESULTADO
2022	100%	100%
2023	100%	100%

7. Aprimorar o índice de contratação de TIC realizadas de acordo com o Plano de Contratações

ANO	META	RESULTADO
2022	100%	70%
2023	80%	75%

8. Aprimorar a segurança do índice de incidentes cibernéticos que incidem rotina de Gerenciamento de Crises, nos termos do art. 6º da portaria 290/2020 CNJ.

ANO	META	RESULTADO
2022	0	0
2023	0	0

9. Promover o índice de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC

ANO	META	RESULTADO
2022	>= 95%	>= 98%
2023	>= 95%	>= 98%

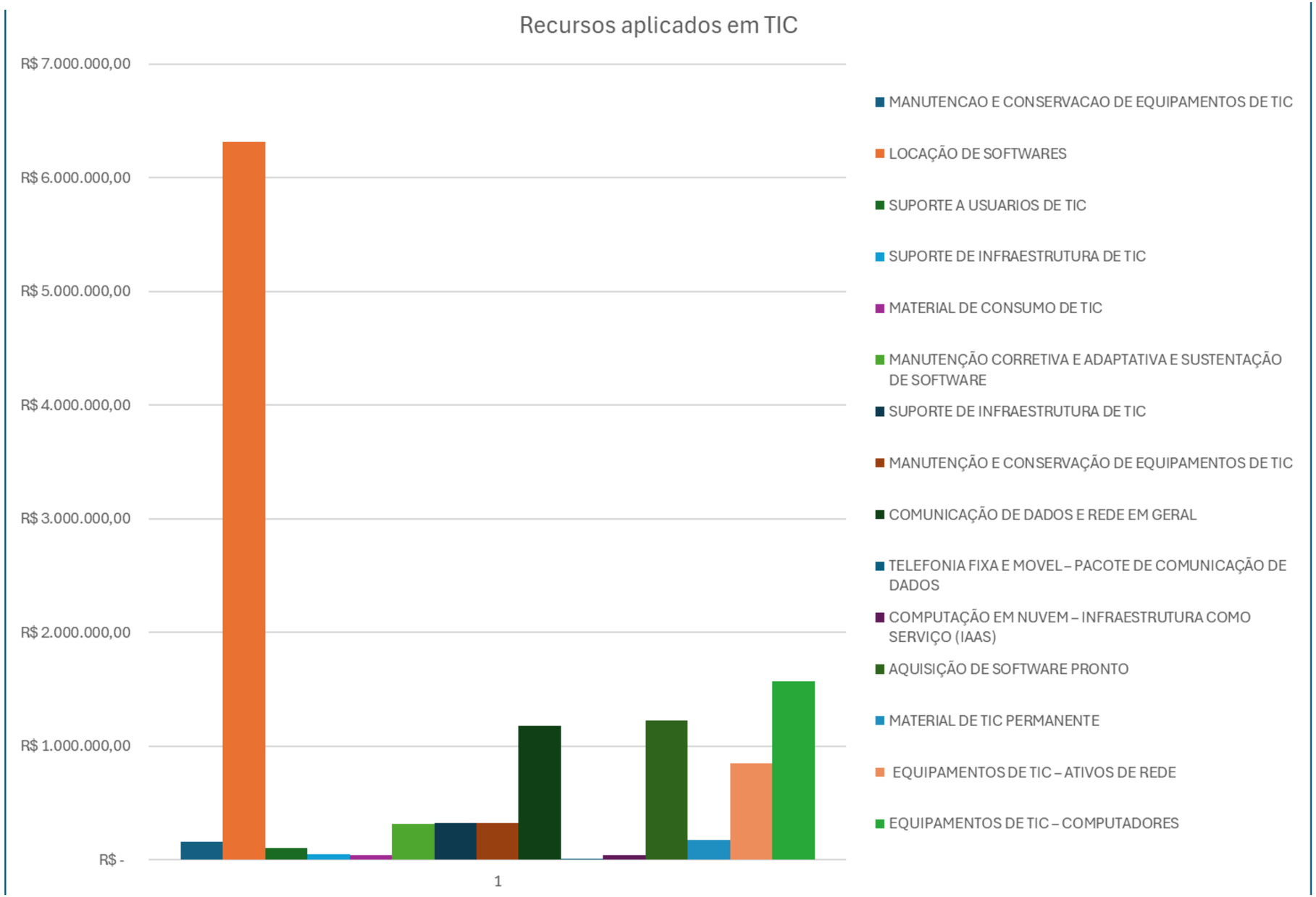
3.11.3 Montante de Recursos Aplicados em TI

Em 2023, além dos recursos de eleição, também houve o recebimento para Segurança da Informação para o projeto de Cibersegurança da Justiça Eleitoral.

Assim, os recursos aplicados em TI foram de R$ 13.722.556,16, sendo R$ 9.265.655,66 para custeio e R$ 4.456.900,50 para investimento.

Quanto à natureza orçamentária da despesa, os gastos foram realizados conforme distribuição abaixo.
Principais recursos aplicados em TI por natureza de despesa. (Valor liquidado):

RECUROS APLICADOS EM TIC	VALOR	PERCENTUAL
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EQUIPAMENTOS DE TIC	R$ 157.278,00	1,24%
LOCAÇÃO DE SOFTWARES	R$ 6.313.725,55	49,87%
SUPORTE A USUARIOS DE TIC	R$ 102.891,00	0,81%
SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TIC	R$ 45.932,00	0,36%
MATERIAL DE CONSUMO DE TIC	R$ 43.622,50	0,34%
MANUTENÇÃO CORRETIVA E ADAPTATIVA E SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARE	R$ 316.000,00	2,50%
SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TIC	R$ 318.862,78	2,52%
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC	R$ 318.862,78	2,52%
COMUNICAÇÃO DE DADOS E REDE EM GERAL	R$ 1.176.488,21	9,29%
TELEFONIA FIXA E MOVEL – PACOTE DE COMUNICAÇÃO DE DADOS	R$ 12.600,00	0,10%
COMPUTAÇÃO EM NUVEM – INFRAESTRUTURA COMO SERVIÇO (IAAS)	R$ 40.600,00	0,32%
AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PRONTO	R$ 1.226.600,00	9,69%
MATERIAL DE TIC PERMANENTE	R$ 172.992,00	1,37%
EQUIPAMENTOS DE TIC – ATIVOS DE REDE	R$ 848.000,00	6,70%
EQUIPAMENTOS DE TIC – COMPUTADORES	R$ 1.566.954,00	12,38%


Recursos aplicados em TIC
R$ 7.000.000,00
R$ 6.000.000,00
R$ 5.000.000,00
R$ 4.000.000,00
R$ 3.000.000,00
R$ 2.000.000,00
R$ 1.000.000,00
R$ -
1
MANUTENCAO E CONSERVACAO DE EQUIPAMENTOS DE TIC
LOCAÇÃO DE SOFTWARES
SUPORTE A USUARIOS DE TIC
SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TIC
MATERIAL DE CONSUMO DE TIC
MANUTENÇÃO CORRETIVA E ADAPTATIVA E SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARE
SUPORTE DE INFRAESTRUTURA DE TIC
MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TIC
COMUNICAÇÃO DE DADOS E REDE EM GERAL
TELEFONIA FIXA E MOVEL – PACOTE DE COMUNICAÇÃO DE DADOS
COMPUTAÇÃO EM NUVEM – INFRAESTRUTURA COMO SERVIÇO (IAAS)
AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PRONTO
MATERIAL DE TIC PERMANENTE
EQUIPAMENTOS DE TIC – ATIVOS DE REDE
EQUIPAMENTOS DE TIC – COMPUTADORES

3.11.4 Segurança da Informação

Em 2021, a Justiça Eleitoral, através do TSE, atualizou a Resolução TSE n. 23.501/2016 e passou a adotar a Resolução TSE n. 23.644/2021, como nova Política de Segurança da Informação (PSI), a qual serviu como norma de base para a criação da Portaria n. 410/2023, que estabeleceu a nova Política de Segurança da Informação do TRE-RR. Também em 2021, a Justiça Eleitoral estabeleceu a Estratégia Nacional de Cibersegurança, encaminhada ao TRE-RR por meio do Ofício-Circular TSE n. 254/2021, como instrumento norteador das ações a serem tomadas pelos tribunais para fortalecimento da segurança da informação. Essa estratégia foi dividida em 5 eixos de atuação, os quais, progressivamente, vêm sendo atendidos pelo TRE-RR:

Eixo E1 – pessoas e unidades

No TRE-RR, foi criada, a unidade técnica de Cibersegurança. Além do mais, houve a criação de Comissão de Segurança da Informação e de um Núcleo de Segurança Institucional, as quais são desvinculadas da STI.

Eixo E2 – políticas e normatização

Foi instituída a Portaria n. 410/2023, que dispõe sobre a Política de Segurança da Informação (PSI) no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima. Encontra-se, ainda, em andamento a criação de um plano de ação.

Eixo E3 e E4

A partir da instituição da Estratégica Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral foram adquiridas e instaladas no TRE-RR as seguintes ferramentas e soluções:

Item	Solução Tecnológica / Equipamentos
1	NGFW - FIREWALL BORDA
2	NGFW - FIREWALL GATEWAY
3	BALANCEADOR DE LINKS
4	WAF - WEB APP. FIREWALL – INTRANET
5	DATA BASE FIREWALL
6	ORACLE SECURITY TOOLS
7	IAM - SOFTWARE DE GESTÃO DE IDENTIDADES
8	MFA-MULTIPLO FATOR DE AUTENTICAÇÃO
9	SIST. OPER. WINDOWS SERVER
10	ACTIVE DIRECTORY
11	SUPORTE PREMIER MICROSOTFT
12	PAM - SOFT. GESTÃO DE ACESSO PRIVILEGIADO
13	BACKUP

14	SIEM - GERENCIAMENTO DE LOGS E EVENTOS
15	PROTEÇÃO DE ENDPOINT
16	PM - GESTÃO DE PATCHES
17	DLP DESKTOP
18	SOLUÇÃO PARA CONSCIENTIZAÇÃO SI
19	DFW- FIREWALL DISTRIBUIDO VIRTUAL/MICROSSEGMENTAÇÃO
20	SOLUÇÃO INTEGRADA DE DLP
21	AUDITORIA DE ARQUIVOS E EMAILS
22	SISTEMA OPERACIONAL LINUX
23	EAM - SOFTWARE DE GESTÃO DE ATIVOS
24	SOFTWARE DE GESTÃO DE VULNERABIILIDADES
25	SAST - ANÁLISE ESTÁTICA DE CÓDIGO
26	SOFTWARE DE GESTÃO DE RISCOS E LGPD

27	MONITORAMENTO DE PACOTES DE REDE
28	THREAT INTELLIGENCE
29	SALA DE CRISE (WAR ROOM), COMITÊ DE CRISE
30	SOC - SECURITY OPERATION CENTER
31	MIGRAÇÃO MÁQUINAS STD

Eixo E5 – sensibilização e conscientização

Foram realizadas apresentações de sensibilização da estratégia de cibersegurança para a Alta Gestão. Adicionalmente, foram realizadas ações para elevação do nível de segurança de informação do Tribunal, as quais abrangeram todos os eixos.

3.11.5 Principais Metas não Alcançadas, Desafios e Perspectivas Futuras

Principais desafios

Em linhas gerais, os principais desafios estão relacionadas à:

• Dificuldade no cumprimento das exigências das instâncias de controle, que são genéricas e desproporcionais ao aparato administrativo da área de TIC, as quais implicam na alocação de recursos de pessoal e financeiros e na celeridade dos serviços prestados;

• Carência de pessoal na área de TIC, pois dificulta o atingimento dos objetivos estabelecidos. No entanto, em 2023, essa carência foi reduzida parcialmente, pois foram alteradas as atividades e especialidades de 03 (três) cargos, sendo 1 (um) cargo de Analista Judiciário – Área Apoio Especializado – Especialidade Análise de Sistemas e 2 (dois) cargos de Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado – Especialidade Operação de Computadores, conforme Portaria n. 416/2023.

Ações futuras

Fortalecimento da Governança de TIC;

• Realização das ações previstas no PDTIC 2021-2026;

• Execução do Plano de Transformação Digital do TRE-RR;

• Criação de normas táticas previstas nova Política de Segurança da Informação do TRE-RR;

• Fortalecimento da Segurança da Informação através da realização das ações previstas na Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral;

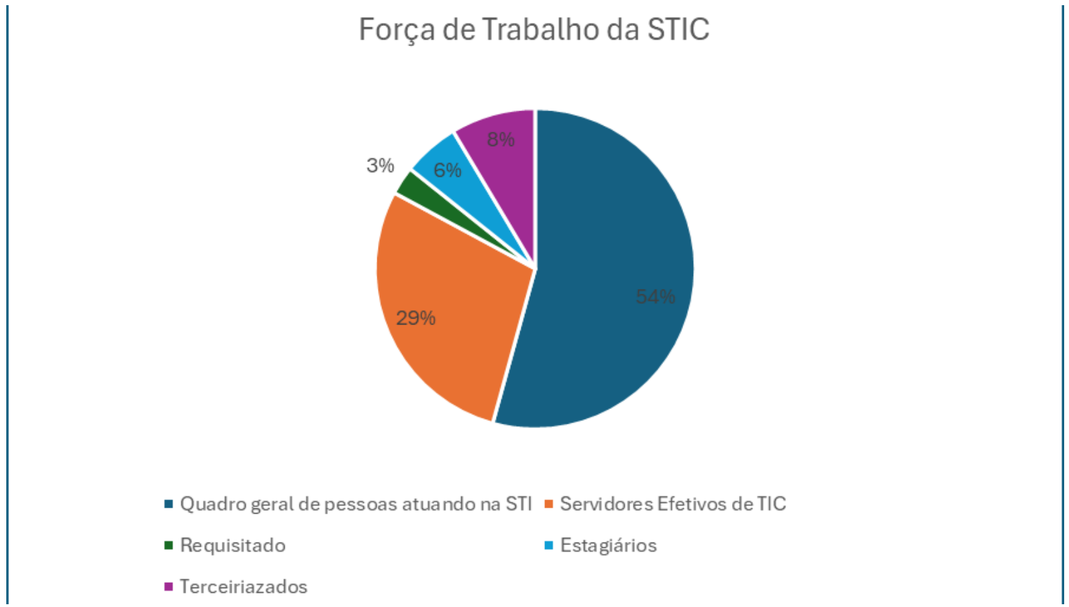
• Adoção de campanhas de conscientização sobre melhores práticas de segurança da informação;

• Revisão dos processos de Tecnologia da Informação.

Visão Geral Organizacional e ambiente externo

a. Humano:

Quadro geral de pessoas atuando na STI	19
Servidores Efetivos de TIC	10
Requisitado	01
Estagiários	02
Terceirizados	03



b. Relacionamento

Total de usuários externos	1.892
Total de usuários internos	209

c. Intelectual

Investimento em capacitação e desenvolvimento de competências gerenciais e específica no valor de R$16.084,00.

d. Ativos e Financeiros

Total de Computadores (Desktop e Notebooks)	526
Total de Urnas Eletrônicas	2.411

Obs: 321 urnas do Modelo 2015 foram remanejadas para o TRE-PA

Riscos, oportunidades e perspectivas

A Política de Gestão de Riscos do TRE-RR (Portaria n. 410/2023) está em consonância com o PSI do TSE. A referida portaria estabelece definições gerais, definições do contexto do risco, o processo de avalição do risco, o tratamento do risco, a aceitação do risco, a comunicação e consultado do risco, bem como o monitoramento e análise crítica do risco. Nesse ensejo, houve ainda a previsão da criação de um plano de ação.

Governança, Estratégia e Desempenho

Objetivo Estratégico, Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados.

Esse objetivo estratégico consiste de programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

Destaca-se, dentre os resultados alcançados em 2023, as seguintes iniciativas:

a. Alcance do nível Excelência no iGovTIC-JUD;
b. Aquisição de Insumos e ativos de TIC, inclusive computadores e notebooks;
c. Implantação do E-Social – plataforma criada para minimizar processos burocráticos;
d. Implementação tecnológica SDWAN, tornando as redes mais rápidas, eficientes e fáceis de gerenciar;
e. Atualização do SEI para a versão 4.0.

Por derradeiro, inobstante as inovações e os avanços obtidos no ano de 2023, cabe ressaltar que tais ações, no que pertine à Governança, além dos controles de legalidade, legitimidade e economicidade dos atos administrativos realizados pelas primeira e segunda linhas de defesa desta Administração, são passíveis de análise independente da unidade de auditoria interna do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, que atua como a terceira linha de defesa, pautando-se em normativos expedidos pelos TRE-RR, Tribunal de Contas da União, Conselho Nacional de Justiça e demais organizações nacionais e internacionais que tratam sobre o tema auditoria.

Com efeito, no exercício de 2023, além do monitoramento das auditorias concluídas nos exercícios de 2021 e 2022, a unidade de auditoria interna cumpriu o cronograma estabelecido ano Plano Anual de Auditoria (Processo SEI n. 0002564-91.2022.6.23.8000), no qual foram iniciadas, contando com algumas concluídas, as seguintes atividades:

I - Auditoria financeira integrada com conformidade (Auditoria nas contas - exercício 2022 - concluída);
II - Auditoria Integrada (TSE) - Exercício 2023 - Gestão de Bens Patrimoniais;
III - Auditoria financeira integrada com conformidade (Auditoria nas contas - 2023 - concluída em março/2024);
IV -Auditoria Coordenada (CNJ) 2022 adiada para 2023 - Ação Coord. Aud. no PDPJ-Br;
V - Auditoria Coordenada (CNJ) 2023 - Política contra Assédio e Discriminação.

No mais, em função da natureza constitucional da auditoria interna de apoiar o controle externo, nos termos do art. 74, inciso IV, da Constituição Federal de 1988, foram realizadas outras atividades além daquelas previstas em mencionado plano, tais como análise e emissão de parecer em atos de pessoal sujeitos a registro e acompanhamento de indícios de irregularidade identificados pelo TCU.

Assim, para fins de transparência, consoante os §§1º e 4º do art. 9º da Instrução Normativa TCU n. 84/2020, as informações relacionadas a unidade de auditoria interna estão publicadas no Portal da Transparência e Prestação de Contas, situado no endereço eletrônico: https://www.tre-rr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/coordenadoria-de-auditoria/coordenadoria-de-auditoria.

Isso posto, reafirmam-se, detalhadamente, as ações de supervisão, controle e correição adotadas no TRE-RR, com vista a garantir a legalidade, legitimidade, economicidade e transparência na aplicação do recursos públicos disponibilizados ao Tribunal.

TRE/RR

04 INFORMAÇÕES ORÇAMENTARIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



4.1 Resultados e Desempenho da Gestão – Gestão Orçamentária e Financeira

Quadro 1 – Perfil do gasto – Evolução da execução orçamentária – Detalhamento por grupo e elemento de despesa (em R$)

Programa Governo		Ação Governo		Grupo Despesa		Elemento Despesa		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
								2023	2022	2023	2022	2023	2022
0033	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER JUDICIARIO	0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	01	APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	6.023.367,10	5.906.037,68	6.023.367,10	5.874.205,63	6.018.503,61	5.874.205,63
						03	PENSOES	1.106.546,53	1.054.304,68	1.106.546,53	1.054.304,68	1.105.408,46	1.054.304,68
						92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00	224.415,64	0,00	85.674,75	0,00	85.674,75
		09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13	OBRIGACOES PATRONAIS	5.930.762,55	5.872.675,73	5.930.102,73	5.842.052,34	5.930.102,73	5.842.052,34
						92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	148.443,45	118.859,27	0,00	10.617,30	0,00	10.617,30
		20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	07	CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	187.198,93	175.103,82	182.198,93	175.103,82	182.198,93	175.103,82
						11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	33.737.551,71	32.173.904,10	33.543.094,97	31.923.096,83	32.931.955,70	31.920.709,26
						13	OBRIGACOES PATRONAIS	98.489,56	53.792,54	98.489,56	53.792,54	84.451,72	48.452,64
						16	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	1.808.308,45	3.456.859,71	1.621.762,57	1.184.643,24	1.242.885,86	1.184.643,24
						92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	217.843,53	1.203.527,78	213.843,53	83.521,69	208.458,12	83.521,69
						94	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	0,00	43.625,00	0,00	2.861,50	0,00	2.861,50
						96	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	1.274.536,82	1.157.606,05	1.254.536,82	1.057.333,10	1.254.536,82	1.057.333,10
		4269	PLEITOS ELEITORAIS	1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13	OBRIGACOES PATRONAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
						16	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	0,00	4.661.560,00	0,00	4.661.560,00	0,00	4.661.560,00

						92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	56.000,00	145.611,76	37.789,92	145.611,76	27.397,69	145.611,76
		2004	ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.322.896,89	2.235.000,00	2.322.554,06	1.638.725,89	2.322.554,06	1.638.725,89
						93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.262.019,11	683.321,00	1.258.346,98	20.567,89	1.258.346,98	20.567,89
		20GP	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	468.528,05	361.758,92	468.528,05	361.758,92	468.528,05	361.758,92
						30	MATERIAL DE CONSUMO	601.807,52	708.660,02	467.332,17	330.606,05	467.332,17	330.606,05
						33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	447.196,87	280.473,78	298.089,48	252.115,27	298.089,48	252.115,27
						36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	359.327,10	125.237,67	290.298,59	115.316,07	280.522,66	115.316,07
						37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.761.992,56	2.497.652,82	2.522.623,13	2.173.673,76	2.491.787,22	2.151.196,31
						39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	2.132.399,06	1.279.071,44	1.564.151,39	925.964,55	1.564.151,39	925.964,55
						40	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	3.492.306,61	2.480.294,35	1.953.491,93	1.925.215,71	1.949.498,84	1.924.378,13
						47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	23.145,54	9.646,01	22.474,78	6.977,89	17.576,22	6.977,89
						92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	260.105,71	127.125,90	259.767,03	127.125,90	259.767,03	127.125,90
						93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	183.822,00	8.000,00	123.970,40	5.619,20	123.970,40	5.619,20
		212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	08	BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	270.277,62	278.653,84	270.277,62	278.653,84	270.277,62	278.653,84
						46	AUXILIO-ALIMENTACAO	2.049.201,13	1.421.655,19	2.046.201,13	1.421.655,19	2.046.201,13	1.421.655,19
		219Z	CONSERVACAO E RECUPERACAO DE ATIVOS DE INFRAESTRUTURA	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	303.496,91	299.038,29	41.862,12	61.439,66	41.862,12	61.439,66
		21EE	GESTAO DA POLITICA DE SEGURANCA DA INFORMACAO E CIBERNETICA	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	40	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	6.089.691,67	0,00	1.285.888,55	0,00	1.285.888,55	0,00
		4269	PLEITOS ELEITORAIS	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	0,00	1.904.814,17	0,00	1.904.814,17	0,00	1.904.814,17
						30	MATERIAL DE CONSUMO	0,00	791.050,01	0,00	718.700,16	0,00	718.700,16
						33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	0,00	1.700.936,62	0,00	1.311.195,81	0,00	1.311.195,81

						35	SERVICOS DE CONSULTORIA	0,00	81.420,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	0,00	195.894,38	0,00	195.894,38	0,00	195.894,38
						37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	0,00	263.818,42	0,00	169.069,95	0,00	169.069,95
						39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	0,00	137.960,00	0,00	137.960,00	0,00	137.960,00
						40	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	157.278,00	1.312.281,46	157.055,15	1.247.866,62	157.055,15	1.245.469,94
						48	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	0,00	755.550,00	0,00	725.787,99	0,00	725.787,99
0909	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	0536	BENEFICIOS DE LEGISLACAO ESPECIAL	3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	59	PENSOES ESPECIAIS	38.856,00	36.192,00	38.856,00	36.192,00	38.856,00	36.192,00
0033	PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER JUDICIARIO	15Z3	AMPLIACAO DO EDIFICIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE	4	INVESTIMENTOS	51	OBRAS E INSTALACOES	600.599,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		20GP	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINISTRATIVA NA JUSTICA ELEI	4	INVESTIMENTOS	40	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	392.302,45	377.245,76	392.302,45	177.759,06	392.302,45	177.759,06
						51	OBRAS E INSTALACOES	0,00	3.950,00	0,00	3.950,00	0,00	3.950,00
						52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.595.520,55	1.471.220,52	1.888.184,74	887.809,61	1.888.184,74	887.809,61
		219Z	CONSERVACAO E RECUPERACAO DE ATIVOS DE INFRAESTRUTURA DA UNI	4	INVESTIMENTOS	51	OBRAS E INSTALACOES	0,00	448.505,68	0,00	112.091,96	0,00	105.926,90
						92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	67.926,48	0,00	67.926,48	0,00	67.926,48	0,00
		21EE	GESTAO DA POLITICA DE SEGURANCA DA INFORMACAO E CIBERNETICA	4	INVESTIMENTOS	40	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	834.297,55	0,00	834.297,55	0,00	834.297,55	0,00
						52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	608.514,50	0,00	608.514,50	0,00	608.514,50	0,00
		7832	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE AUTOMACAO DE IDENTIFICACAO DO ELEI	4	INVESTIMENTOS	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	172.992,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total								79.085.549,75	78.524.312,01	69.194.726,94	69.428.886,68	68.119.390,43	69.389.282,44

Fonte: Siafi; Tesouro Gerencial – dez/2022 e dez/2023

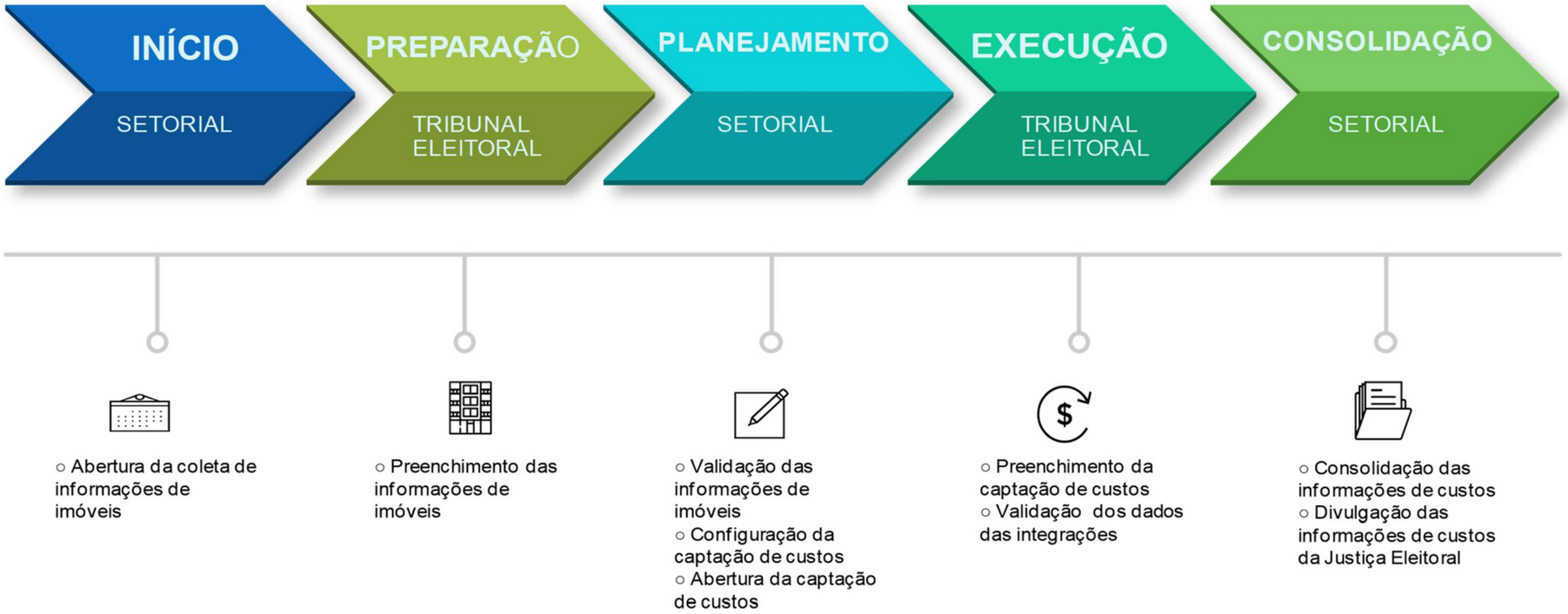
4.2 Resultados e Desempenho da Gestão – Gestão de Custos

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da Resolução TSE n. 23.504, de 19 de dezembro de 2016, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Foi desenvolvida uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia tem como objetivo adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em quase 2.200 municípios e de possuir mais de 2.700 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática que permita a comparação dos custos entre as diversas regiões do país - de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade - que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca por eficiência e melhor qualidade dos gastos.

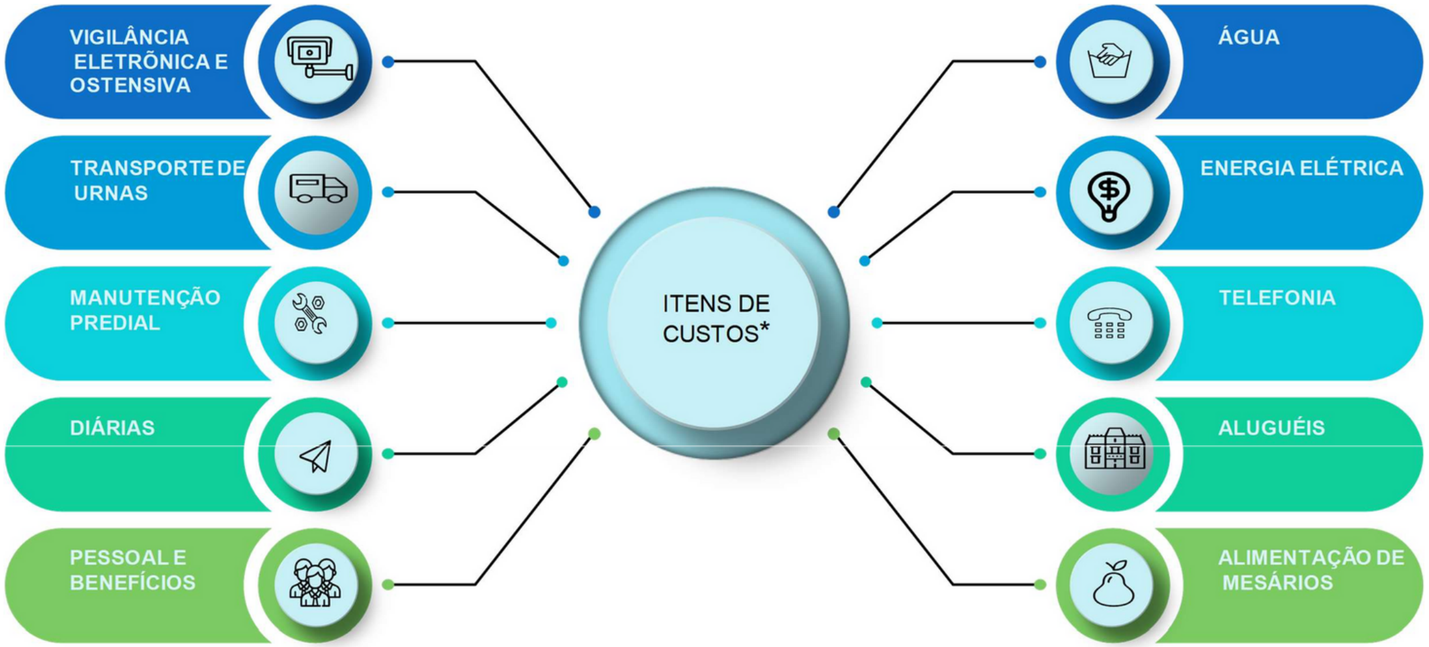
Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido o Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC), no qual são fornecidas as informações de custos obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados dos Tribunais Eleitorais.
Essa captação é gerida pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (SOF/TSE), no papel de setorial de custos da Justiça Eleitoral.

O fluxo do processo da apuração de custos ocorre da seguinte maneira:



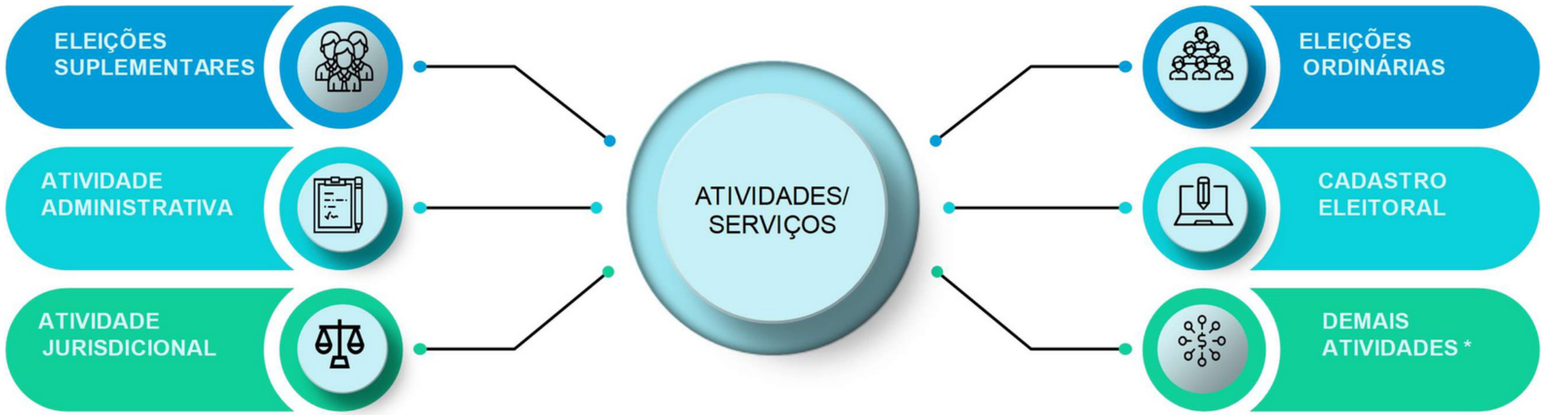
Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: Itens de Custos e Atividades/Serviços.

No eixo Itens de Custos, procura-se responder à questão “com o quê?”, e é apresentada a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



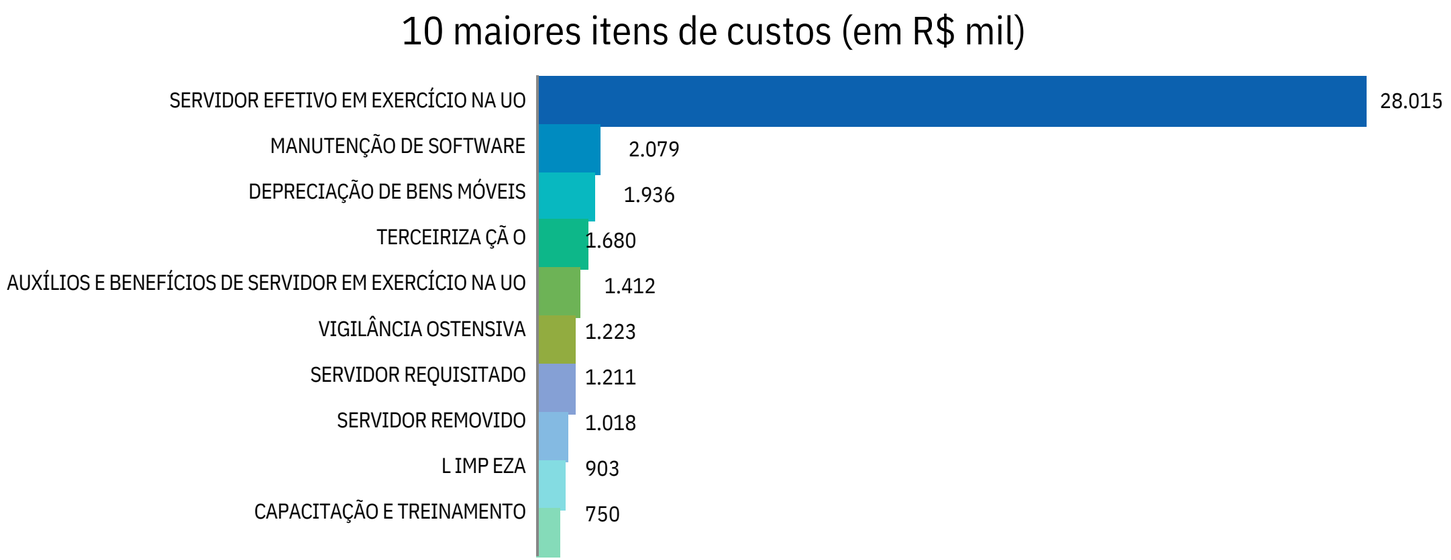
*Atualmente são 48 itens de custos

No eixo das Atividades/Serviços, procura-se responder à questão “para quê?”, e é apresentado o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:

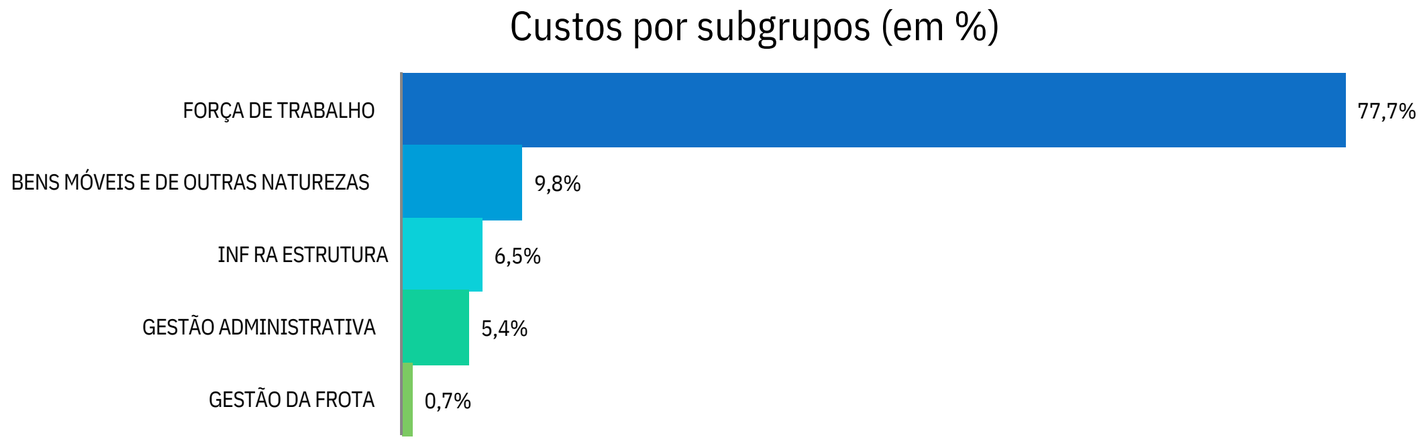


*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, e algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

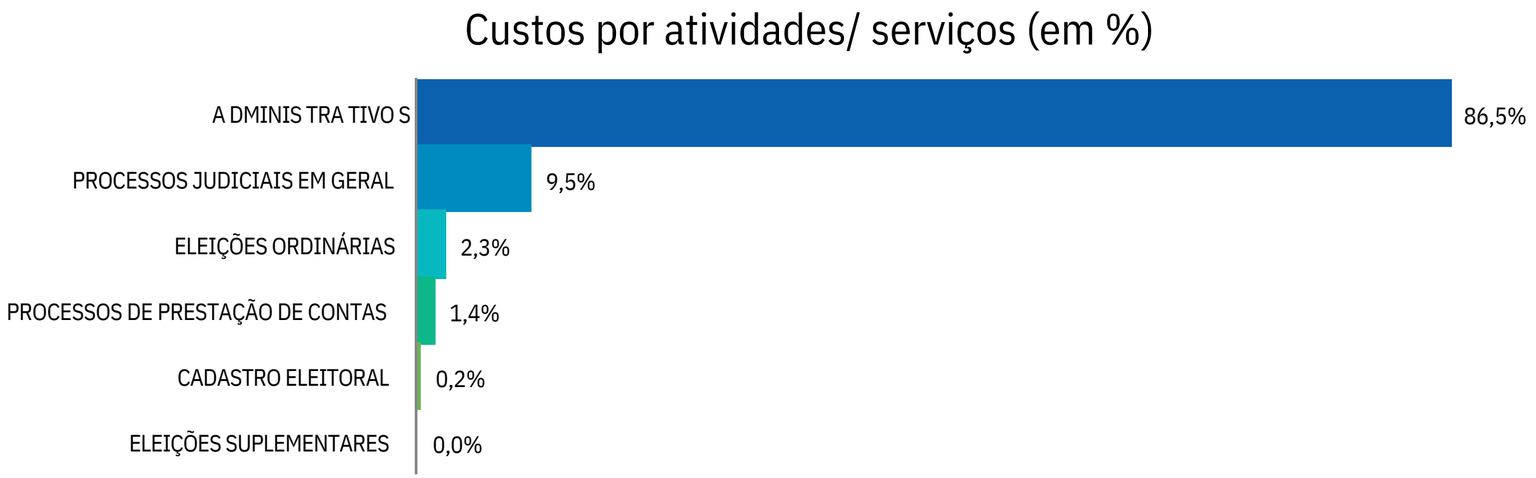
Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima no exercício de 2023, que totalizaram R$ 45,5 milhões, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:



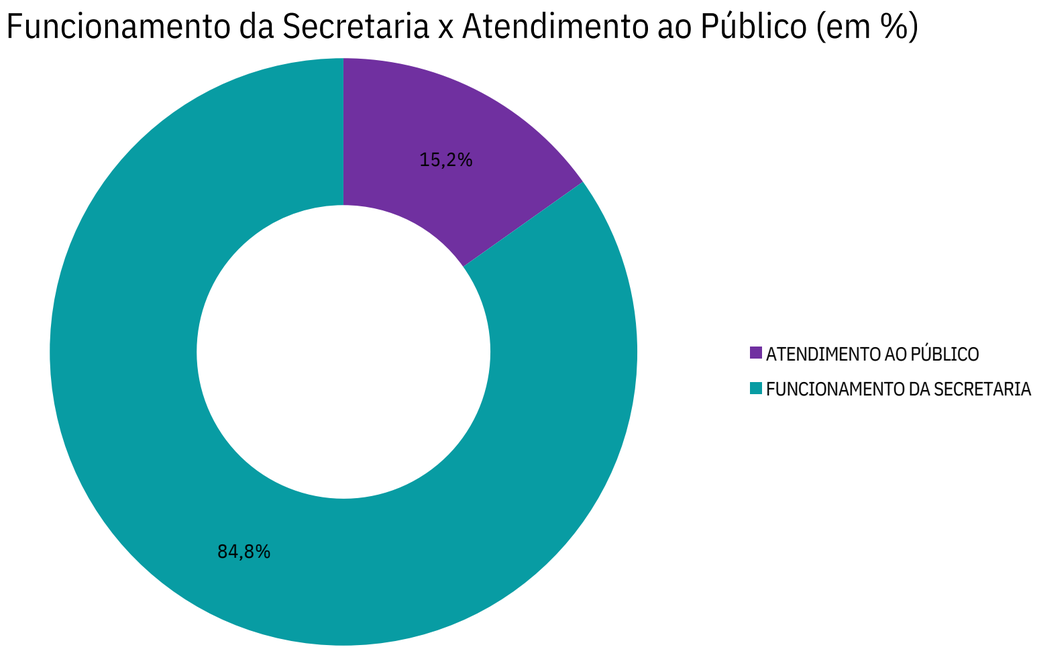
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:



Os dados das atividades/serviços estão representados no gráfico a seguir:



Quanto à distribuição dos custos entre o atendimento ao público e o funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:



Por fim, cumpre ressaltar que essas informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, com a incorporação de novas técnicas e ferramentas, na busca por contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes, não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral. Ademais, novos relatórios gerenciais têm sido disponibilizados com base na apuração de custos realizada, buscando ampliar a usabilidade das informações por parte dos gestores da Justiça Eleitoral.

4.3 Informações Orçamentárias e Financeiras

4.3.1 Resumo da situação financeira e patrimonial e evolução em comparação com o exercício anterior

Quadro 2 – Resumo do Balanço Patrimonial – Saldos e Variações das Principais Contas Contábeis (em R$)

BALANÇO PATRIMONIAL - TRE-RR							
ATIVO				PASSIVO			
DESCRIÇÃO	2023	2022	A/H (%)	DESCRIÇÃO	2023	2022	A/H (%)
ATIVO CIRCULANTE	5.850.320,74	17.974.399,38	-67,45%	PASSIVO CIRCULANTE	42.039.720,19	41.163.875,54	2,13%
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.108.754,07	16.434.195,55	-75,00%	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	37.739.854,09	37.776.300,72	-0,10%
Créditos a Curto Prazo	1.383.006,87	1.254.518,42	10,24%	Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo	1.726,02	24.852,27	-93,05%
Estoques	358.559,80	285.685,41	25,51%	Demais Obrigações a Curto Prazo	4.298.140,08	3.362.722,55	27,82%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	44.054.719,99	29.616.188,20	48,75%	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	42.039.720,19	41.163.875,54	2,13%
Imobilizado	42.054.691,53	29.616.188,20	44,81%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Bens Móveis	17.717.207,37	11.100.181,00	59,61%	DESCRIÇÃO	2023	2022	
Bens Móveis	31.844.385,64	24.636.657,18	29,26%	Resultados Acumulados	7.865.320,54	6.426.712,04	22,38%
(-) Depreciação de Bens Móveis	-14.127.178,27	-13.536.476,18	4,36%	Resultado do Exercício	-2.099.063,86	-2.428.884,03	-13,58%
Bens Imóveis	24.337.484,16	17.942.065,44	35,64%	Resultados de Exercícios Anteriores	6.426.712,04	4.339.094,76	48,11%
Bens Imóveis	24.993.425,18	18.524.876,94	34,92%	Ajustes de Exercícios Anteriores	3.537.672,36	4.516.501,31	-21,67%
(-) Depr. Acum. de Bens Imóveis	-655.941,02	-582.811,50	12,55%	TOTAL PATRIMÔNIO LIQUIDO	7.865.320,54	6.426.712,04	22,38%
Intangível	2.000.028,46	573.941,76	248,47%				
Softwares	2.000.028,46	573.941,76	248,47%				
TOTAL DO ATIVO	49.905.040,73	47.590.587,58	4,86%	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	49.905.040,73	47.590.587,58	4,86%

Fonte: Balanço Patrimonial - Siafi; Tesouro Gerencial – dez/2022 e dez/2023

Quadro 3 – Receitas Orçamentárias 2023 (em R$)

RECEITAS 2023				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
DEFICIT			78.832.830,22	78.832.830,22
TOTAL	-	-	78.832.830,22	78.832.830,22
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	10.835.903,00	-	-10.835.903,00

Fonte: Balanço Orçamentário - Siafi; Tesouro Gerencial – dez/2023

Quadro 4 – Despesas Orçamentárias 2023 (em R$)

DESPESAS 2023						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	58.791.124,00	68.446.100,00	73.560.677,45	65.250.781,69	64.175.445,18	(5.114.577,45)
Pessoal e Encargos Sociais	45.763.738,00	50.986.599,00	50.589.048,63	50.011.732,66	48.985.899,64	397.550,37
Outras Despesas Correntes	13.027.386,00	17.459.501,00	22.971.628,82	15.239.049,03	15.189.545,54	(5.512.127,82)
DESPESAS DE CAPITAL	2.635.819,00	3.816.746,00	5.272.152,77	3.791.225,72	3.791.225,72	(1.455.406,77)
Investimentos	2.635.819,00	3.816.746,00	5.272.152,77	3.791.225,72	3.791.225,72	(1.455.406,77)
TOTAL	61.426.943,00	72.262.846,00	78.832.830,22	69.042.007,41	67.966.670,90	(6.569.984,22)

Quadro 5 – Variação das Despesas Orçamentárias 2022-2023 (em R$)

Categoria Econômica		Categoria Gasto		DOTACAO ATUALIZADA			DESPESAS EMPENHADAS		
				2023	2022	AH (%)	2023	2022	AH (%)
3	Despesas Correntes	A	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	50.986.599,00	51.440.712,00	-0,88%	50.533.048,63	51.440.712,00	-1,76%
		C	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.459.501,00	13.049.109,00	33,80%	16.977.378,68	12.831.781,23	32,31%
4	Despesas de Capital	D	INVESTIMENTO	3.816.746,00	2.323.626,00	64,26%	3.656.348,72	2.300.921,96	58,91%
TOTAL				72.262.846,00	66.813.447,00	8,16%	71.166.776,03	66.573.415,19	6,90%

Fonte: Balanço Orçamentário - Siafi; Tesouro Gerencial – dez/2022 - dez/2023

4.4 Principais Fatos Contábeis e Orçamentários

4.4.1 Caixa e Equivalentes de Caixa - Variação na conta 1.1.1.1.2.20.01

A variação na conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento”, tendo em vista solicitação por parte do TSE para devolução do montante de R$ 10.956.943,95 (dez milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, novecentos e quarenta e três reais e noventa e cinco centavos), de modo que o saldo da referida conta fosse equivalente ao saldo de limite de pagamento destinado ao TRE-RR no exercício de 2024.

4.4.2 Ativo Intangível - Variação na Conta 1.2.4.1.1.02.01 - Softwares

A variação ocorreu devido à aquisição de diversas licenças perpétuas de softwares e plugins, tais como Oracle Data Masking, Advanced Security, Databse Valt, Proxmox dentre outros.

4.4.3 Bens Móveis - Variação na Conta 1.2.3.1.1.02.01 – Equipamentos de TIC

A variação ocorreu devido à aquisição de diversos bens de Tecnologia da Informação e Comunicação, tais como Ativos de Rede, bem como o registro de 808 (oitocentas e oito) urnas eletrônicas, anteriormente registradas na conta “Estoques”.

4.4.4 Receitas Orçamentárias

O Tribunal Regional Eleitoral de Roraima não realiza receitas orçamentárias. Portanto, opera sempre com déficit no Balanço Orçamentário.

4.4.5 Despesas Orçamentárias

Verifica-se saldo negativo nas dotações de 2023, tendo em vista o empenhamento de créditos descentralizados pelo TSE em favor do TRE-RR para aplicação nas ações de Segurança da Informação nas Unidades do Poder Judiciário (Ação 21EE), Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor (Ação 7832) e Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração (Ação 4269).

4.5 Contas Relativas a Fundos de Financiamento

O TRE-RR não possui fundos de financiamento sob sua gestão. Vale lembrar que o Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, denominado Fundo Partidário, é gerido pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

4.6 Conclusões de Auditorias Independentes e/ou dos Órgãos de Controle Público e Medidas Adotadas em Relação a Conclusões ou Eventuais Apontamentos

Não foram realizadas auditorias independentes no exercício de 2023. No tocante à atuação da Auditoria Interna, os achados apontados no âmbito da Revisão das Demonstrações Contábeis de 2022 foram tratados no Processo SEI n. 0001645-05.2022.6.23.8000 e regularizados conforme o Despacho n. 10194, não havendo necessidade de plano de ação para saneamento das inconsistências encontradas.

4.7 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

São exigidas do TRE-RR as Demonstrações Contábeis “Balanço Patrimonial”, “Balanço Orçamentário”, “Balanço Financeiro”, “Demonstração das Variações Patrimoniais” e “Demonstração dos Fluxos de Caixa”.

Todas as informações orçamentárias, financeiras e contábeis relativas ao TRE-RR, incluindo a íntegra das Demonstrações Financeiras e as correspondentes Notas Explicativas, podem ser acessadas no Portal da Transparência deste Tribunal, no menu “Contas Públicas”, por meio do link https://www.tre-rr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-contabil-1/contas-publicas.

4.8 Normas Legais e Técnicas Aplicadas no Tratamento das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis obedeceram ao disposto na Lei n. 4.320/1964, na LC 101/2000, nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 9ª edição.

Na execução orçamentária, observaram-se, ainda, as Leis n. 14.436/2022 (LDO 2023) e n. 14.535/2023 (LOA 2023), bem como as orientações expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A conformidade contábil é realizada mensalmente pela Seção de Contadoria e Planejamento Financeiro, como medida para garantir a confiabilidade, regularidade, completude e abrangência dos lançamentos e procedimentos contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que se reflete nas Demonstrações Contábeis deste Tribunal.

4.9 Informações Sobre o Setor de Contabilidade

A contabilidade do TRE-RR é efetuada pela Seção de Contadoria e Planejamento Financeiro (SCPF), vinculada à Coordenadoria de Orçamento e Finanças (COF), que, por sua vez, está submetida hierarquicamente à Secretaria de Administração e Orçamento (SAO).

A SCPF não possui subdivisões em sua estrutura e é composta atualmente por 02 (dois) servidores, sendo 01 (um) contador e 01 (um) técnico em contabilidade. As competências da SCPF estão estabelecidas no art. 41 da Resolução TRE-RR n. 510/2023, cuja íntegra pode ser acessada por meio do link https://www.tre-rr.jus.br/legislacao/resolucoes-tre-rr/2023/resolucao-tre-rr-no-510-2023.